

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

BENEDITO CELIO ANTUNES OLIVEIRA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ÂMBITO MUNICIPAL: UM
DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL E
DE RENDA COM O AGRAVAMENTO DA PANDEMIA DE COVID 19**

**ITAJUBÁ - MG
2021**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

BENEDITO CELIO ANTUNES OLIVEIRA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ÂMBITO MUNICIPAL: UM
DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL E
DE RENDA COM O AGRAVAMENTO DA PANDEMIA DE COVID 19**

Dissertação submetida à defesa no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) na Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI

Área de concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade

Linha: Desenvolvimento e Tecnologia

Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Zambroni de Souza

ITAJUBÁ – MG

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
TECNOLOGIAS E SOCIEDADE**

BENEDITO CELIO ANTUNES OLIVEIRA

**O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO ÂMBITO MUNICIPAL: UM
DIAGNÓSTICO SOCIOASSISTENCIAL DA PERSPECTIVA EDUCACIONAL E
DE RENDA COM O AGRAVAMENTO DA PANDEMIA DE COVID 19**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá.

Itajubá, 16 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Denis Renato de Oliveira
Avaliador externo

Prof. Dr. Luiz Felipe Silva
Avaliador interno

Prof^ª. Dra. Daniele Ornaghi Sant'Anna
Avaliador interno

Prof. Dr. Antonio Carlos Zambroni de Souza
Orientador

ITAJUBÁ – MG

2021

*À minha mãe Yolanda e à minha vó Dita pelo apoio e amor em todas as etapas e por serem os meus maiores exemplos de vida.
Ao meu pai José pelo exemplo de trabalho e honestidade.*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Yolanda e ao meu pai José, por sempre estarem presentes em minha caminhada. Por serem minhas fontes de luz e inspiração. Às minhas sobrinhas Isabela, Patrícia e Tayrine Hellen.

Ao Prof. e orientador Zambroni, pelas trocas de indignações e aprendizados diante de um cenário político e social perturbador. Pelo exemplo de empatia com o próximo e por acreditar que é possível fazer coisa boa, mesmo em situações adversas.

À UNIFEI, e em especial aos professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade: Profa. Daniela Rocha, Profa. Viviane, Prof. Luiz Felipe, Profa. Ornaghi, Prof. Rogério, Prof. Paulo Ribeiro e os demais professores e colegas, por nos trazerem referências da importância de se pensar em desenvolvimento sob outras perspectivas, além do econômico. Seguiremos contra o corte nas universidades, contra o negacionismo e em defesa da educação pública e de qualidade a todas e todos.

Ao prof. Denis por aceitar fazer parte da banca externa, a quem sou muito grato desde a graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro que foi essencial na construção dessa pesquisa.

À Secretaria de Desenvolvimento Social de Itajubá pela parceria no fornecimento de alguns dados para a pesquisa, além da ajuda no desenvolvimento do questionário e na disposição em reunir e pensar estratégias para a entrevista. Em especial a Isabela, Gilberto e Priscila e em um segundo momento a Pamela e Priscila.

À PRPPG da UNIFEI, em especial a Nathalia, Yascara e ao Prof. Pedro Balestrassi que ajudou na confecção dos gráficos.

Às entrevistadas da pesquisa que se dispuseram a responder as perguntas com seriedade e paciência, minha gratidão.

“Se dou comida aos pobres, me chamam de santo. Mas quando pergunto por que são pobres, me chamam de comunista.”

Dom Hélder Câmara

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo geral, trazer um diagnóstico socioassistencial, no âmbito municipal, de algumas famílias cadastradas no Programa Bolsa Família (PBF), considerando o agravamento da pandemia de Covid-19. Segundo a natureza dos dados, a pesquisa se classifica como qualitativa, sendo realizada uma pesquisa de campo. Para coleta de dados, foi elaborado um questionário semiestruturado, que foi aplicado às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Diante do atual cenário da pandemia de Covid-19, o contato foi feito por telefone, seguindo assim, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em manter o isolamento social. Com os dados gerados na aplicação dos questionários e com os dados coletados, foi identificado um déficit educacional passado de pais para filhos, gerando uma baixa escolaridade dos integrantes da família. Percebeu-se que a maioria das entrevistadas não terminou o ensino fundamental, o que pode ajudar a explicar a alta taxa de desemprego também analisada nesta pesquisa. Com a pandemia, identificou-se um aumento das desigualdades, na qual grande parte dos estudantes de escolas públicas não tiveram acesso as aulas *on line*, porém conseguiram entregar as atividades escolares de forma impressa. Notou-se que a maioria das famílias não tinham computador ou outros equipamentos similares em casa e que boa parcela dessas famílias, tiveram acesso a internet. De uma forma ou de outra, pode-se afirmar que a tecnologia esteve dentro da casa de milhões de pessoas, independentemente de sua condição financeira. Identificou-se também na pesquisa que a principal destinação do auxílio emergencial concedido em 2020 foi para compra de alimentos e que houve um aumento do desemprego e da queda na renda desses beneficiários do programa.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; desigualdade social; política pública.

ABSTRACT

The general objective of this research is to provide a social assistance diagnosis, at the municipal level, of some families registered in the Bolsa Familia Program (PBF), considering the worsening of the Covid-19 pandemic. According to the nature of the data, the research is classified as qualitative, and a field research is carried out. For data collection, a semi-structured questionnaire was prepared, which was applied to families registered in the Bolsa Familia Program. In view of the current scenario of the Covid-19 pandemic, contact was made by phone, thus following the recommendations of the World Health Organization (WHO) to maintain social isolation. With the data generated in the application of the questionnaires and with the data collected, an educational deficit passed from parents to children was identified, generating a low schooling of the family members. It was noticed that most of the interviewees did not finish elementary school, which may help to explain the high unemployment rate also analyzed in this research. With the pandemic, an increase in inequalities was identified, in which most public school students did not have access to online classes, but managed to deliver school activities in printed form. It was noted that most families did not have a computer or other similar equipment at home and that a good portion of these families had access to the internet. One way or another, it can be said that technology has been inside the homes of millions of people, regardless of their financial condition. It was also identified in the research that the main destination of the emergency aid granted in 2020 was for the purchase of food and that there was an increase in unemployment and a fall in the income of these program beneficiaries.

Keywords: Bolsa Familia Program; social inequality; public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Escolaridade.....	28
Gráfico 02: Nível de instrução (2019)	28
Gráfico 03: Curso Técnico.....	29
Gráfico 04: Trabalho durante o período escolar.....	30
Gráfico 05: Ensino Médio Completo – Mãe.....	30
Gráfico 06: Conhecimento dos cursos que a UNIFEI oferta.....	31
Gráfico 07: Entrou na UNIFEI.....	32
Gráfico 08: Forma de ingresso na UNIFEI.....	33
Gráfico 09: Participou de palestras na UNIFEI.....	34
Gráfico 10: Interesse em ingressar no Ensino Superior.....	35
Gráfico 11: Oficinas.....	36
Gráfico 12: Disponibilidade para fazer as oficinas.....	37
Gráfico 13: Importância dos estudos.....	37
Gráfico 14: Possui computador.....	39
Gráfico 15: Acesso à internet.....	40
Gráfico 16: Quantidade de crianças.....	41
Gráfico 17: Quantidade de adolescentes.....	41
Gráfico 18: Assistir a aulas <i>on line</i>	42
Gráfico 19: Equipamento utilizado para internet.....	43
Gráfico 20: Conseguiram fazer as atividades de forma remota.....	44
Gráfico 21: Principal ajuda nas atividades remotas.....	45
Gráfico 22: Responsável pelas despesas do domicílio.....	47
Gráfico 23: Profissão do principal responsável.....	47
Gráfico 24: Tempo no emprego.....	48
Gráfico 25: Perda de emprego devido a pandemia.....	49
Gráfico 26: Maior de 18 anos que não trabalha e nem estuda.....	50
Gráfico 27: Empréstimo em 2020.....	51
Gráfico 28: Destinação do Auxílio Emergencial.....	51

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Relatório mensal enviado.....	23
Figura 02: Indisponíveis.....	23
Figura 03: Nova População.....	24
Figura 04: Respondidos.....	24
Figura 05: CRAS LSR.....	24
Figura 06: CRAS ACPT.....	25

LISTA DE SIGLAS

PBF	Programa Bolsa Família
CADUNICO	Cadastro Único
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
PBF	Programa Bolsa Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SUAS	Sistema Único da Assistência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL	13
	2.1 Desigualdade social no Brasil: breve relato da escravidão.....	13
	2.2 Desenvolvimento local e as desigualdades sociais: desenvolvimento para quem?.....	15
	2.3 Políticas Públicas em combate a desigualdade social: uma análise do Programa Bolsa Família (BPF).....	19
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	21
	3.1 Termo de parceria.....	22
	3.2 Espaço amostral e coleta de dados.....	22
	3.3 Entrevistas por telefone.....	23
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	25
	4.1 Bloco I – Perfil educacional dos beneficiários.....	26
	4.2 Bloco II – Informações sobre as aulas remotas em 2020.....	37
	4.3 Bloco III - Dados sobre emprego e renda durante a pandemia.....	45
5	CONCLUSÃO	51
6	REFERÊNCIAS.....	54
	APÊNDICE.....	56

1. INTRODUÇÃO

A concentração de renda tem aumentado no Brasil, onde uma pequena parcela mais rica teve o seu patrimônio ampliado. De acordo com harmonização de dados feita pelo Banco Mundial (World Bank), o Brasil permanece como um dos mais desiguais do mundo quando se trata da distribuição de renda entre seus habitantes (WORLD BANK, 2020)

Com o alto índice de desemprego, altas taxas de inflação em produtos alimentícios e com toda a instabilidade da política econômica, observa-se novamente um aumento da pobreza em um país que conseguira sair do Mapa Mundial da Fome em 2014, segundo os dados das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (FAO, 2014), revela que o Brasil reduziu de forma muito expressiva a fome, a desnutrição e subalimentação nos últimos anos.

A desigualdade social é um dos maiores problemas a serem combatidos, e na falta de um sistema que ofereça igualdade de oportunidades, o Estado se torna obrigado a intervir com implementação de políticas públicas no enfrentamento a essas disparidades socioeconômicas.

É essencial que se compreenda a luta construída por uma política pública, voltada para a diminuição das desigualdades sociais no Brasil. A assistência social, ainda criticada por parte da população, deixa de ter o status de caridade e passa a ser um dever do Estado e um direito do cidadão, garantido pela Constituição de 1988.

Tendo em vista um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, a questão norteadora dessa pesquisa é: qual o diagnóstico socioassistencial dos beneficiários do Programa Bolsa Família durante a pandemia de Covid-19? Outras questões secundárias, e de extrema importância, ajudarão a entender um pouco mais, como por exemplo: qual o perfil educacional dessas famílias durante a pandemia de Covid-19 em Itajubá, Sul de Minas Gerais? Qual o histórico de emprego e renda dessas famílias nesses últimos anos? Desta forma, procura-se entender a conexão entre pobreza, nível de escolaridade, empregabilidade e perspectiva de futuro das famílias beneficiárias.

Esta pesquisa tem por objetivo geral, trazer um diagnóstico socioassistencial, no âmbito municipal, de algumas famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, considerando o agravamento da pandemia de Covid-19.

As sujeitas da pesquisa são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), que estão no programa de 2003 até 2020, totalizando 84 beneficiárias. Elas estão referenciadas nos dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Itajubá. Têm-se como hipóteses da pesquisa:

Os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) pioraram a sua condição socioeconômica com a pandemia; os filhos dos beneficiários não tiveram acesso as aulas on-line em 2020; o principal uso do auxílio emergencial foi destinado para compra de alimentos; há um déficit educacional passado de pais para filhos, gerando uma baixa escolaridade dos integrantes da família; há um crescimento no índice de desemprego e emprego informal.

O primeiro passo para a formulação de políticas públicas que atendam a real demanda da sociedade é elaborar um mapeamento preciso, que mostre de fato a realidade do município e este trabalho justifica-se, pelo fato de trazer um diagnóstico de uma parcela das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família durante a Pandemia de Covid-19 , contribuindo na tentativa do Estado em implementar políticas públicas para a diminuição de um dos maiores problemas da população brasileira que é, a desigualdade social.

Fazer essa análise, considerando alguns pontos que estão funcionando e outros que precisam melhorar fundamentados na legislação vigente, poderá ajudar a administração pública local trabalhar para o desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a diminuição das desigualdades sociais dos municípios.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é um dos países mais desiguais no mundo. Colocar esse tema em pauta e falar sobre essas questões é fundamental para melhor compreender o que leva o Brasil a ser tão desigual e apresentar essa enorme disparidade socioeconômica. Para isso, é preciso voltar na história, entender quais foram os fenômenos, os fatos sociais que ajudam a explicar a realidade atual. O primeiro capítulo falará sobre um dos maiores problemas estruturais do Brasil: a escravidão. O segundo capítulo abordará a relação do desenvolvimento com as desigualdades sociais e o terceiro e último capítulo, discorrerá sobre as políticas públicas como combate a desigualdade social.

2.1.Desigualdade social no Brasil: breve relato da escravidão

A ideia em dizer que não existe distinção entre pretos e brancos no Brasil e que apenas pertencemos a raça humana, reforça o quanto ainda temos que falar da escravização do povo preto no país. Há no Brasil um desejo de esquecimento de toda perversidade ocorrida na escravidão, o que seria ideal para o sistema neoliberal, que falaria da meritocracia, como se todos partissem do mesmo ponto de partida.

No dia 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea no Brasil que decretava a libertação do povo preto escravizado no país. Um dos nomes mais conhecidos na luta pela liberdade dos povos pretos foi Zumbi dos Palmares, símbolo de resistência ao sistema escravocrata.

O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão, ou seja, apenas 133 anos atrás. Foram mais de três séculos de escravização e esse legado continua presente em nossa sociedade. Segundo Souza (2019), o negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados é exigido dele agora que se torne um trabalhador orgulhoso de seu trabalho.

Pensando um pouco mais sobre as realidades do Brasil, o autor que ajuda a refletir nessas questões é o Doutor em sociologia pela Universidade de Heidelberg (Alemanha) e professor da UFABC, Jessé Souza. Ele traz questões sobre a estrutura em que o desenvolvimento atual é sustentado e quem são esses atores que mais sofrem com esse modelo hegemônico. Ele vai dizer que “a característica periférica da modernidade de sociedades como a brasileira não reside, portanto, em nenhum “jeitinho”, em nenhuma “emotividade” pré-moderna, nem em qualquer dessas muletas explicativas retiradas do senso comum e de nosso mito nacional”.

Essas questões nos levam a refletir o quão complexo é pensar na questão de desenvolvimento, e quando pensamos, sem levar em consideração as particularidades de uma grande parte da população, a qual Jesse Souza, coloca como a “Ralé brasileira” (não no sentido pejorativo, mas para chamar a atenção), não estamos desenvolvendo e sim criando uma elite cada vez mais hegemônica preocupada em manter esse sistema capitalista que precisa da mão de obra barata. Nessa linha de raciocínio vale a pena refletir quantos pobres são necessários para fazer um rico.

Segundo Souza (2009) a “herança da escravidão”, os “500 anos de desigualdade” são exemplos típicos de uma linguagem eufemizante e escamoteadora destinada a relaxar responsabilidades e contribuir, com isso, para a naturalização dessa mesma desigualdade. O que é sempre escondido e nunca percebido nessa questão é o fato de que as classes sociais se produzem e se reproduzem, antes de tudo, “afetivamente” por herança familiar.

Existem, portanto, “pré-condições” não só materiais, mas, também, emocionais e simbólicas que explicam como classes sociais inteiras são construídas e reproduzidas como bem-sucedidas ou como fracassadas desde o berço. Perceber isso é perceber também o caráter superficial e enganoso da grande ideologia e da grande “ilusão” de todas as sociedades modernas que é a crença na “igualdade de oportunidades”, crença na “ideologia meritocrática” e, portanto, de toda a legitimação política de qualquer sociedade moderna.

Para Souza (2009) a modernidade de países como o Brasil é “deficiente”, seletiva e periférica porque jamais foi realizado aqui um esforço social e político dirigido e refletido de efetiva equalização de condições sociais das classes inferiores. Para entender essa discussão é preciso partir do ponto de que um dos nossos maiores problemas estruturais, ainda não vencidos, foi a escravidão do povo negro.

2.2.Desenvolvimento local e as desigualdades sociais: desenvolvimento para quem?

Para entender o modelo de desenvolvimento atual é essencial compreender como se deu a relação Estado, Sociedade e Mercado em um contexto histórico. Um dos autores que ajuda a pensar, em como essas relações interferem na vida e conseqüentemente no modelo de desenvolvimento é David Harvey, um geógrafo britânico marxista que estuda o espaço econômico e urbano. David Harvey é considerado um dos maiores nomes do pensamento geográfico da atualidade. Ele vai dizer que o americanismo e o Fordismo criaram “um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem”. Os novos métodos de trabalho “são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida”.

Questões de sexualidade, de família, de formas de coerção moral, de consumismo e de ação do Estado estavam vinculadas, “ao esforço de forjar um tipo particular de trabalhador adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”.

Harvey vai dizer também que o rápido crescimento de economias “informais” ou “subterrâneas” também tem sido documentado em todo o mundo capitalista avançado e que o sucesso político do neoconservadorismo dificilmente pode ser atribuído as suas realizações econômicas globais que tem gerado fortes resultados negativos em termos de desemprego e de crescimento sofrível.

Segundo Harvey o aumento de competição (tanto nos mercados de trabalho como entre os empreendimentos) se mostrou destrutivo e ruinoso para alguns e que “o empreendedimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto à administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária e artística”.

O modelo clássico de desenvolvimento, criado durante os séculos XIX e XX trazia como ideia central o progresso, relacionado ao crescimento econômico, acúmulo de riquezas e avanço

tecnológico, ganhou outras formas de pensar no século XXI, trazendo a reflexão de que forma esse modelo de desenvolvimento clássico vem acontecendo, quais as implicações caso esse modelo permaneça, quem são os direta e indiretamente afetados e até quando esse modelo é sustentável.

De acordo com Santos e Carniello (2014) “a centralidade do debate sobre o desenvolvimento constitui um estímulo para a elaboração de uma história do desenvolvimento que permita a construção de saber crítico, pautado na investigação histórica”. O desenvolvimento precisa ser pensado em longo prazo, tendo o interesse coletivo acima das disputas sociais e políticas.

O desenvolvimento tornou-se nas últimas décadas uma justificativa, tanto para a elaboração de políticas públicas centradas na promoção do crescimento econômico, quanto na adoção de estratégias relacionadas à redução das assimetrias sociais e também para a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica e ambiental (SANTOS; CARNIELLO, 2014, p. 72).

Enquanto para os economistas, que buscam tratar sobre desenvolvimento utilizando resultados dos processos econômicos, “a perspectiva histórica pode contribuir para a estruturação de um saber crítico, quanto à definição do que é desenvolvimento e suas implicações para as sociedades que o têm como meta a ser alcançada” (SANTOS; CARNIELLO, 2014, p. 86).

Uma alternativa que difere desse conceito clássico encontra-se em Ignacy Sachs, que pensa o desenvolvimento como inclusivo e sustentável, trazendo uma abordagem desejável e possível que promova o bem estar social e econômico, alinhado à preservação dos recursos naturais. Nota-se, até então, que o desenvolvimento, em um contexto, onde predomina o sistema capitalista, não se preocupa com a finitude dos recursos naturais, nem com as graves consequências as vidas existentes no planeta, pois o que se está em jogo é o aumento dos lucros e a expansão do capital financeiro. Nesse sentido, quando não se considera a destruição do planeta, o desenvolvimento passa a excluir as outras formas de vida na Terra, como a fauna e a flora, e esse desenvolvimento passa a ser excludente, pois se é pensado apenas no crescimento da economia.

Pensando em um contexto global, é difícil encontrar um país onde as principais políticas públicas como saúde, educação e segurança pública, funcionem plenamente. São demandas complexas da sociedade que se tornam ainda mais complexas quando considera a extensão territorial, pois quando essa for maior, a tendência é que se tenham muitas peculiaridades não

só geográficas, mas também culturais. Isso vai exigir do gestor público e de sua equipe técnica, o reconhecimento, a princípio, de que essas diferenças existem e o cuidado na formulação dessas políticas públicas, para que atendam a todos em suas peculiaridades.

Outro desafio é a disparidade econômica e social, principalmente quando se observa no mundo o conservadorismo e a adoção de políticas neoliberais que tendem a valorizar o privado, alinhado a um pensamento capitalista e individualista, privilegiando sempre uma pequena elite. Seguindo essa linha de pensamento é colocada a ideia da meritocracia, como se todos partissem do mesmo ponto, deixando a entender que a questão da pobreza é uma escolha.

Existem exemplos de alguns países desenvolvidos, onde algumas políticas públicas se destacam. Na Finlândia, que apresenta uma das melhores políticas de educação no mundo, as escolas são públicas, os estudantes não têm lições de casa e possuem um menor período de aulas. É ilegal na Finlândia montar uma escola particular e cobrar. Os países ricos têm que assegurar que as escolas públicas sejam ótimas. As crianças ricas estudam com todas as outras crianças mais pobres. Isso faz com que elas cresçam juntas possibilitando assim, criar certos laços que podem ser positivos.

Na França, uma vez por mês, os chefes da escola se reúnem com as autoridades municipais e com um nutricionista para escolher o cardápio das refeições dos alunos. Antes do prato principal, tem a entrada, seguida de uma sobremesa. As crianças ficam uma hora no intervalo e aprendem a comer alimentos saudáveis, beber muita água e a servir ao colega. Isso em uma das escolas mais pobres da França. O Sistema de saúde na França é gratuito e as creches têm um baixo custo. Os alunos têm aulas de educação sexual, o que já repercutiu positivamente, pois a taxa de gravidez na adolescência na França é menor do que nos Estados Unidos.

Na Itália há a maior expectativa de vida do mundo, na qual as pessoas vivem 4 (quatro) anos a mais do que os americanos, em geral. Os empregados têm direito a 2 (duas) horas de almoço e 2 (dois) meses de férias que são pagas. Os empregadores são a favor de uma boa remuneração e bons benefícios aos empregados, pois eles sabem que isso vai repercutir positivamente nos lucros da empresa, pois os trabalhadores motivados produzem mais e melhor.

Outro economista importante, indiano, ganhador do Prêmio Nobel da Economia em 1998, é Amartya Sen, que discorre que só haverá desenvolvimento se na sua base for considerado o aumento das liberdades das pessoas. Segundo Sen (2010) o desenvolvimento “requer que se removam as principais fontes de liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistêmica, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”.

Em contraposição à forma de pensar o desenvolvimento para Amartya Sen, nossa realidade global se baseia nessa notícia, que segundo o periódico virtual do *El País*, o ano de 2015 será lembrado como o primeiro ano da série histórica, no qual a riqueza de 1% da população mundial alcançou a metade do valor total de ativos. Em outras palavras: 1% da população mundial, aqueles que têm um patrimônio avaliado em 760.000 dólares (2,96 milhões de reais), possuem tanto dinheiro líquido e investido quanto os 99% restante da população mundial. São dados extraídos do “Informe sobre a Riqueza Global 2015 de Credit Suisse”.

Para entender melhor a ideia de desenvolvimento para Amartya Sen, é necessário entender como se deu a relação do Estado com a sociedade mais pobre nas últimas décadas. Na década de 30, com lutas e conflitos pela garantia de direitos aos menos desprovidos, o Estado passa a promover a segurança, o bem-estar social e econômico e a proteção social. O Estado intervém mais eficientemente nos setores econômico, social e cultural para promover uma comunidade solidária. É o chamado Estado de Bem Estar Social.

A expressão *Welfare State*, utilizada pelos ingleses, foi criada na década de 40 e quer dizer Estado de Bem Estar, na qual o Estado se torna o responsável pela promoção de segurança, bem estar social e econômico dos cidadãos. O Estado passa a assumir prestações de serviços públicos, assegurando direitos à cidadania, como relações de trabalho, previdência, saneamento, saúde e educação.

Na busca por uma proteção social aos mais pobres da sociedade, esse sistema foi a princípio satisfatório, porém para o lado econômico do Estado se tornava insustentável, pois a demanda, assim como a população, aumentava e a complexidade dos serviços ofertados também. Ao mesmo tempo em que esses serviços se tornavam direitos, o Estado se via incapaz de atender tamanha demanda.

Dentro dessa perspectiva, trazendo para o contexto mais próximo ao nosso, há o economista brasileiro Celso Furtado, que entende que não se pode usar os mesmos parâmetros de desenvolvimento, utilizados pelos países desenvolvidos. Furtado dedica seus estudos a entender os problemas dos países subdesenvolvidos. A pobreza, para Furtado, não é um estágio na dinâmica evolutiva dos países, mas uma condição, uma característica intrínseca ao subdesenvolvimento.

No Brasil, podemos dizer que passamos por uma grande transformação de proteção social, logo depois da redemocratização e da Constituição de 1988, chamada de Cidadã. O país viveu um crescimento econômico bom, devido também ao crescimento da China e soube criar programas e políticas públicas que colocassem de forma efetiva os mais vulneráveis socioeconomicamente dentro do orçamento do governo.

2.3. Políticas Públicas em combate a desigualdade social: uma análise do Programa Bolsa Família (BPF)

Antes da Constituição de 1988, a ajuda aos mais pobres vinham da caridade de algumas instituições religiosas e da boa vontade de algumas pessoas. Não cabia ao Estado prover pelas demandas da população mais vulnerável. A Constituição de 1988, chamada “Constituição Cidadã” trouxe esperança aos mais vulneráveis pois contemplava em várias questões, suas necessidades básicas de dignidade humana. Porém ainda faltava uma regulamentação para que de fato o investimento chegasse a essa população.

É criado em 1993, no governo do Fernando Henrique Cardoso, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) pela Lei nº 8.742, que compõe o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social.

O “Programa Bolsa Família” (PBF) é criado pela Medida Provisória nº 132, em 20 de outubro de 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que unificou alguns programas do governo Fernando Henrique Cardoso, como o Programa Bolsa Escola (2001) e Auxílio Gás (2002). A Medida Provisória nº 132 é convertida na Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004, que cria o Bolsa Família e dá outras providências.

Este mecanismo de auxílio às discrepâncias existentes entre os povos, ricos e pobres, se deu como um programa de amparo do governo federal beneficiando a população mais vulnerável, garantindo uma renda mensal a famílias carentes conforme o grupo de enquadramento da mesma. Estas famílias passam a ter educação e saúde controladas por rigoroso sistema de acompanhamento da presença dos filhos na escola e saúde supervisionada pelo Programa de Saúde da Família que realiza a pesagem, acompanhando a nutrição familiar. Há valores relevantes preservados pelo PBF de olho na vida e na dignidade do indivíduo.

No governo Lula é criado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004, cujo modelo de gestão, descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais

A Constituição de 1988, de tal forma, previa, porém não dava a garantia efetiva aos direitos previstos. Nesse sentido, é preciso que as leis e as políticas públicas as direcionem e regulamentem os procedimentos para o seu funcionamento. Os direitos previstos serão alcançados através de programas e políticas públicas que atendam as reais demandas da sociedade.

Segundo Bichir (2010), os programas de transferência condicionada de renda inserem-se em um novo padrão de programas sociais voltados à população mais pobre. O Programa Bolsa Família (PBF) é entendido como um programa que atende as necessidades básicas de uma família, baseado na transferência de renda e na oferta de serviços que estão entrelaçados a ele. Bichir (2010) vai dizer que o PBF unificou três programas que já existiam na gestão anterior, o Bolsa-Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás. O Programa Bolsa Família tem os seguintes objetivos:

- Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;
- Combater a pobreza e outras formas de privação das famílias;
- Promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar, e assistência social.

O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e saúde. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), em todo Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Programa Bolsa Família que está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

Atualmente o Ministério de Desenvolvimento Social, o da Cultura e do Esporte foram extintos e se tornou no governo atual o Ministério da Cidadania, instituído por meio do Decreto n. 9.674/ 2019, no dia 02 de janeiro de 2019. Agora a Secretaria Especial de Desenvolvimento Social integra a estrutura do Ministério da Cidadania.

A Inclusão das famílias beneficiadas é feita pela prefeitura, no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). Criado em 2001, mas utilizado de forma efetiva em 2005, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um “instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, que pode ser utilizado para diversas políticas e programas sociais voltados a este público”.

Por meio de sua base de dados, é possível conhecer quem são, onde estão e quais são as principais características, necessidades e potencialidades da parcela mais pobre e vulnerável da população.

O Cadastro Único é uma importante ferramenta para a articulação da rede de promoção e proteção social e também um mecanismo fundamental para a integração das iniciativas de diversas áreas e em todos os âmbitos da federação que visam promover a inclusão social. Este trabalho de qualificação é resultado do aperfeiçoamento da gestão compartilhada entre a União, os estados,

municípios e o Distrito Federal, bem como do grande esforço empreendido pelos gestores e técnicos responsáveis pelo Cadastro Único nas diferentes esferas administrativas (MANUAL CADASTRO ÚNICO, 2012).

Uma das condicionalidades para a entrada e permanência no programa é garantir frequência mínima de 85 % na escola, para crianças e adolescentes de seis a quinze anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos.

Alguns políticos se utilizam de programas de transferências de renda para arrecadar votos, principalmente das pessoas mais vulneráveis economicamente. Outro ponto é o da sustentabilidade dos programas de transferências de renda, levando em consideração a possibilidade de crise econômica e política.

O PBF tem cada dia se firmado como política de Estado, levando em consideração sua universalização e seus resultados positivos, e dificilmente os próximos governos tentarão acabar com esse programa. É importante que se façam os ajustes necessários, de acordo com a análise de conjuntura do país, e que a política social continue empoderando mais pessoas.

A implementação do programa ganhou uma enorme proporção, principalmente em âmbito local, ao ponto de ser confundida com o próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é responsável por operacionalizar a assistência social no Brasil.

Destaca-se também a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criado em 2013 para avaliar e monitorar políticas, programas, projetos e serviços implementados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O MDS é o Ministério responsável pela política social no Brasil e através de programas, projetos, e instrumentos da informação sofisticados, juntamente com as deliberações feitas nos Conselhos Municipais e nas Conferências Nacionais, estão colaborando para o alcance de uma política inclusiva e não mais assistencialista no Brasil.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho é classificado como uma pesquisa descritiva, pois buscou-se analisar as diversas variáveis que se estabelecem a partir dos resultados dos dados coletados. Segundo Gil (2010) as pesquisas descritivas podem ser elaboradas com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis e visam descobrir a existência de associações entre variáveis. Segundo a natureza dos dados a pesquisa se classifica como qualitativa sendo realizada uma pesquisa de campo.

3.1 TERMO DE PARCERIA

A coleta de dados foi efetuada por meio de documentos oficiais. Para ter acesso aos dados das famílias cadastradas no Programa Bolsa Família em Itajubá, foi firmado, logo no começo da pesquisa, o Termo de Parceria, o qual foi fundamentado no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e que em seu art. 8º discorre que: “Os dados de identificação das famílias do CadÚnico são sigilosos e somente poderão ser utilizados para as seguintes finalidades:

- I - formulação e gestão de políticas públicas; e
- II - realização de estudos e pesquisas.”

O Termo de Parceria foi assinado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social de Itajubá, com um parecer favorável do jurídico municipal, juntamente com o orientador e o pesquisador. A Secretaria de Desenvolvimento Social de Itajubá ficou responsável pelo fornecimento dos dados referentes ao objeto da pesquisa. Para o orientador e o pesquisador, ficou a responsabilidade e obrigação do resguardo e o sigilo das informações passadas dos beneficiários do Programa Bolsa Família de Itajubá, cientes de que a utilização dos dados será pautada pelo respeito à dignidade do cidadão e à sua privacidade.

3.2 ESPAÇO AMOSTRAL E COLETA DE DADOS

A pesquisa buscou trazer um diagnóstico socioassistencial do Programa Bolsa família (PBF) nos beneficiados mais antigos, buscando identificar questões ligadas a educação e renda durante a pandemia de Covid-19. São ao todo, oitenta e quatro famílias cadastradas no programa desde o seu início, em 2003 e que permaneceram até o ano de 2020.

Foram realizadas algumas reuniões com a coordenação do Programa Bolsa Família em Itajubá, juntamente com os coordenadores do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que ajudaram a pensar as estratégias para as entrevistas. Em Itajubá há dois Centros de Referência da Assistência Social (CRAS): 1- CRAS Luzia Silva Rieira e 2- CRAS Antônio Carlos Parreira Tiengo.

Pensando no cuidado com a integridade dos sujeitos da pesquisa, foi encaminhado, via Plataforma Brasil, o projeto que foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em Itajubá, para assegurar a confiabilidade e os direitos dos entrevistados na pesquisa. Tendo sido aprovado pelo CEP, foi dado início ao ciclo de perguntas que foram feitas via telefone.

3.3 ENTREVISTAS POR TELEFONE

Diante do atual cenário da pandemia de Covid-19, o contato com as famílias foi feito por telefone, seguindo assim, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em manter o isolamento social nessa atual conjuntura.

Foi elaborada uma “Carta Convite”, enviada às oitenta e quatro famílias beneficiárias do PBF, explicando melhor o objetivo e convidando as famílias a participarem da pesquisa. Consta também a forma que a entrevista foi feita, a contribuição que ela trará a sociedade e que respondê-la não é obrigatório.

De acordo com o relatório mensal enviado pela coordenação do Programa Bolsa Família, trinta e sete famílias fazem parte do CRAS Antônio Carlos Pereira Tiengo e quarenta e sete do CRAS Luzia Silva Rieira

Figura 01: Relatório mensal enviado

RELATÓRIO MENSAL ENVIADO PELA GESTÃO DO PBF	
CRAS	QTDE DE FAMÍLIAS
CRAS ACPT	37
CRAS LSR	47
TOTAL	84

Fonte: Autoria própria

A partir do relatório enviado pela Gestão do PBF, observou-se o seguinte:

Figura 02: Indisponíveis

INDISPONÍVEIS	
TEL. NÃO DECLARADO	6
Nº DE OUTRA PESSOA	8
NÃO TEM TELEFONE	5
TOTAL	19

Fonte: Autoria própria

Ou seja, a população disponível para realizar a ligação teve alteração, devido aos contatos indisponíveis, conforme afirmado acima:

Figura 03: Nova população

RELATÓRIO MENSAL	84
INDISPONÍVEIS	19
NOVA POPULAÇÃO	65

Fonte: Autoria própria

Dentro dessas 65 famílias, o total de respostas obtidas, separadas por CRAS:

Figura 04: Respondidos

RESPONDIDOS	
CRAS	QTDE DE FAMÍLIAS
CRAS ACPT	8
CRAS LSR	14
TOTAL	22

Fonte: Autoria própria

Questionários respondidos por CRAS/Bairro:

Figura 05: CRAS LSR

BAIRROS	RESPONDIDOS
Novo Horizonte	5
Boa Vista	2
Nações	2
Jardim das Colinas	1
Açude	2

Piedade	1
Morro Chic	1
Total	14

Fonte: Autoria própria

Figura 06: CRAS ACPT

BAIRROS	RESPONDIDOS
Santa Luzia	2
Santo Antônio	2
Vila Poddis	1
Vista Verde	1
Ilheus	1
Vila Isabel	1
Total	8

Fonte: Autoria própria

Os não respondidos se encaixam nas seguintes situações: Ligação não completa; caixa postal; telefone desligado ou fora de área; não atendeu; indisponível; ligação caiu; marcou outro horário, mas não atendeu.

Foram feitas no mínimo três tentativas em horários diferentes. Houve também a tentativa pelo *WhatsApp*, caso a pessoa possuísse. Somam o total de quarenta e três não respondidos.

Com os dados gerados na aplicação dos questionários e com os dados coletados, foram feitas as análises qualitativas e a construção de alguns gráficos e tabelas que ajudaram a identificar as principais características dessas famílias, conforme proposto no objetivo deste trabalho.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

De acordo com a pesquisa a média de idade dos entrevistados foi de 48 anos. Em sua maioria são mulheres, chefes de família, que estão desempregadas. A idade mais alta identificada foi de 63 anos em duas entrevistadas. A menor idade foi de 30 anos.

Identificou-se duas famílias com uma quantidade alta de pessoas em uma mesma residência, no caso, nove moradores. Apenas uma família com oito moradores. Duas famílias com sete moradores e outras duas famílias com quatro moradores. Com seis e cinco moradores identificou-se quatro famílias. Duas famílias com quatro moradores e três famílias com três e dois moradores. Apenas uma beneficiária reside sozinha.

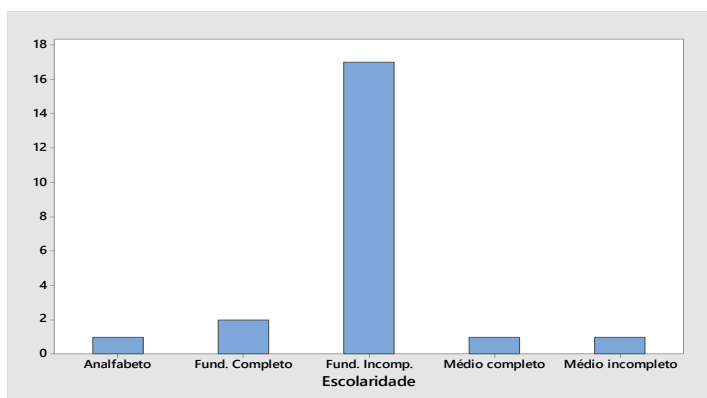
Em relação a cor ou raça, perguntou-se como a pessoa se considerava. Tivemos onze entrevistados que se consideraram brancos. Outros sete entrevistados que se consideraram pardos e três pretos. Não soube responder tivemos apenas um entrevistado. Nenhum entrevistado se considerou indígena ou amarelo.

Para melhor organização dos dados, os gráficos foram separados em três grandes blocos. O primeiro traz informações sobre o perfil educacional dos beneficiários; o segundo com informações sobre as aulas remotas durante a pandemia em 2020; e o terceiro com informações sobre emprego e renda dos beneficiários durante a pandemia.

4.1 BLOCO I – PERFIL EDUCACIONAL DOS BENEFICIÁRIOS

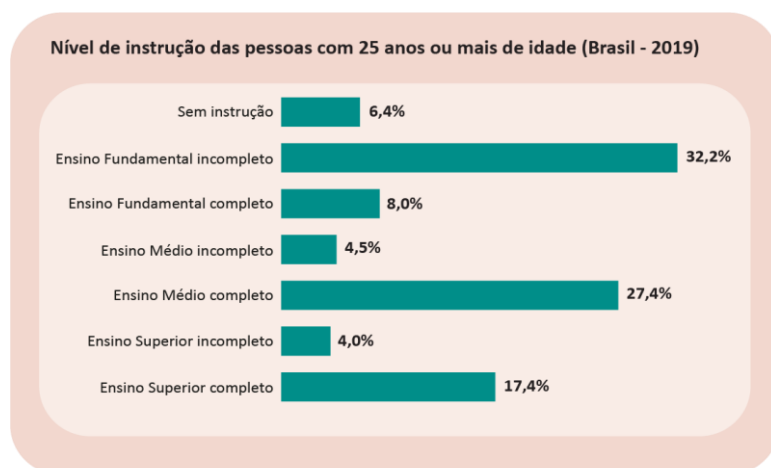
No primeiro bloco buscou-se conhecer: a escolaridade do beneficiário; se teve formação em algum curso técnico, a necessidade ou não de trabalhar, durante o período escolar; se os pais tiveram o ensino médio completo; hábito de leitura; conhecimento sobre o SISU; se conhecem os cursos da UNIFEI; se já estiveram na UNIFEI; forma de ingresso na UNIFEI; interesse em ingressar no ensino superior, entre outros.

Conforme mostra o gráfico abaixo, em relação à escolaridade, a maioria respondeu ter o ensino fundamental incompleto, somando o total de dezessete pessoas. Com o ensino fundamental completo teve-se duas respostas. Que possuíam o ensino médio incompleto apenas uma resposta e o ensino médio completo também uma pessoa. Identificou-se também uma pessoa analfabeta.

Gráfico 01 - Escolaridade

Fonte: Autoria própria

Percebeu-se analisando o gráfico que a maioria das entrevistadas não terminou o ensino fundamental, o que pode ajudar a explicar a alta taxa de desemprego também analisada nesta pesquisa. Os dados sobre a escolaridade dessas famílias coincidem com o nível de instrução analisado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, que destaca sobre pessoas com vinte e cinco anos ou mais, que não terminaram o ensino fundamental, conforme mostra o gráfico 02.

Gráfico 02: Nível de instrução (2019)

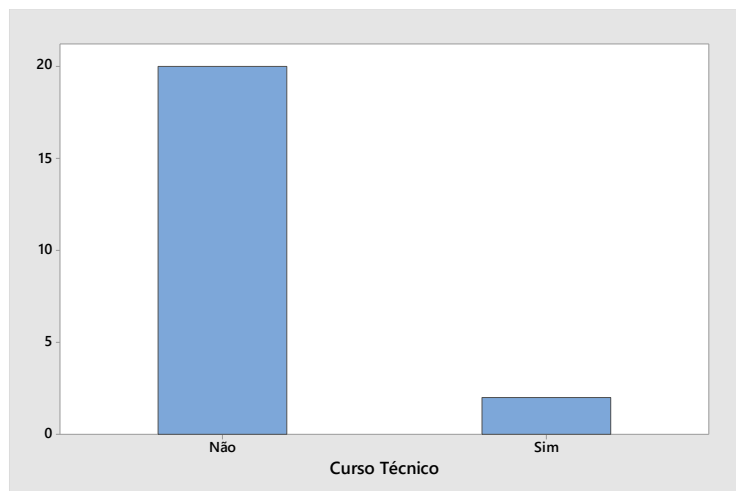
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

O acesso à educação pública e gratuita é um direito de todo cidadão brasileiro, e o investimento na qualidade desses serviços, trará não só bons índices na economia, como também ajudará na diminuição da pobreza e a todos os demais problemas a ela elencados.

Entendendo que um curso técnico pode aumentar a chance de uma pessoa ser inserida no mercado de trabalho, foi perguntado se ela já fez algum curso técnico. Em sua maioria, vinte

peças, responderam que não tinham feito nenhum curso técnico. Apenas duas pessoas afirmaram ter um curso técnico.

Gráfico 03 – Curso Técnico

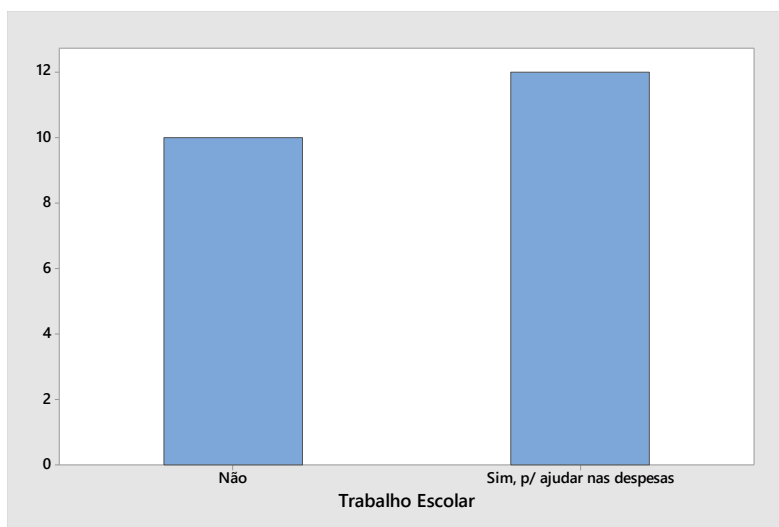


Fonte: Autoria própria

Nos últimos dez anos houve um investimento grande em cursos de formação técnica. O Sistema S (nove instituições prestadoras de serviços que são administradas de forma independente) é parceira do governo federal e não está ligada a nenhuma das esferas do governo. O Sistema S oferta milhares de vagas gratuitas a diversas áreas de interesse público, como por exemplo, serviços, comércio e indústria.

A maioria das entrevistadas que não fizeram nenhum curso técnico tem baixo grau de instrução. Geralmente esses cursos profissionalizantes exigem o ensino médio, e como mostra o gráfico anterior, a maioria não possuía o ensino fundamental completo.

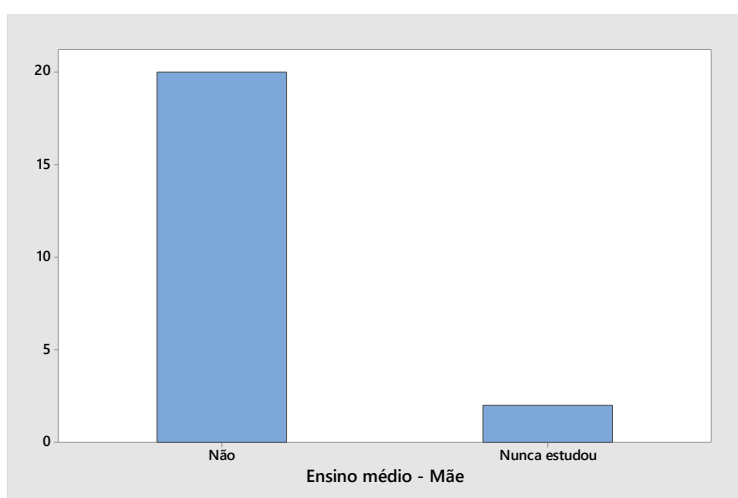
O trabalho infantil é uma triste realidade de nossa sociedade e ter crianças e adolescentes que pararam de estudar para ajudar nas despesas de casa, mostra o quanto o país precisa investir em políticas públicas que garantam a permanência dos mesmos nas escolas, além do mínimo de dignidade humana. O gráfico abaixo mostra que mais da metade das entrevistadas passaram por essa situação.

Gráfico 04 – Trabalho durante o período escolar

Fonte: Autoria própria

Foi perguntado se durante o período escolar a pessoa teve que trabalhar. Os respondentes informaram que sim. Doze pessoas, com o principal motivo de ajudar nas despesas de casa. Não trabalharam durante o período escolar dez pessoas.

Fazer uma análise do histórico educacional dessas famílias é entender que o problema alcança as gerações anteriores. Identificar mães e pais desses entrevistados, que também não avançaram nos estudos, demonstra que o problema na educação do país não é um problema atual.

Gráfico 05 – Ensino Médio Completo – Mãe

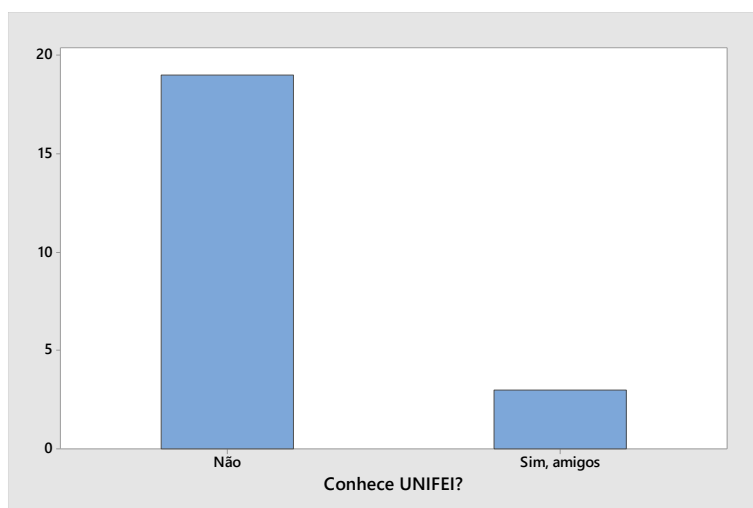
Fonte: Autoria própria

Um dado importante é identificar o perfil educacional dessa família. Quanto maior o grau de estudo dos avós e dos pais, maior a chance dos filhos alcançarem um grau de estudo mais elevado. Identificou-se na pesquisa que as mães de vinte famílias não possuíam o ensino médio completo e duas famílias que as mães nunca estudaram.

O município de Itajubá também é reconhecido por suas universidades. Muitos estudantes de cidades vizinhas e de outros estados ajudam a movimentar a economia local estudando tanto nas universidades particulares, quanto na universidade pública dentro do município.

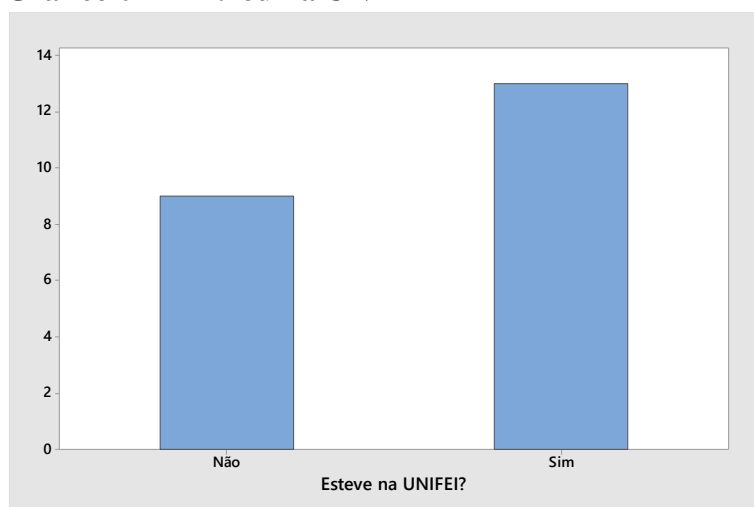
A Universidade Federal de Itajubá foi fundada em 1913 e vem contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade. Possui campi em Itajubá e Itabira, sendo que em Itajubá, tem cerca de 4.920 estudantes na graduação. É uma instituição de ensino centenária que leva o nome do município para fora do país com sua pesquisa de excelência. Mesmo não conhecendo o que se é produzindo dentro da UNIFEI, grande parte dos munícipes, conhecem por nome a importância da universidade. Buscou-se saber se os beneficiários do Programa Bolsa Família conhecem algumas características da universidade centenária no município.

Gráfico 06 - Conhecimento dos cursos que a UNIFEI oferta



Fonte: Autoria própria

Foi perguntado se a pessoa conhece os cursos que a UNIFEI oferta. Foram dezenove pessoas que disseram não conhecer os cursos ofertados. Apenas três pessoas disseram conhecer os cursos ofertados pela UNIFEI e que conheceram através de amigos.

Gráfico 07 - Entrou na UNIFEI

Fonte: A autoria própria

Foi Perguntado, também, se a pessoa já esteve na UNIFEI. Esta é uma pergunta pertinente, pois existe uma universidade federal centenária no município, que provavelmente a maioria da população residente saiba que existe. Conforme mostra o gráfico acima, treze pessoas já estiveram na UNIFEI. Dentro da quantidade da amostragem, foram nove respostas, um número expressivo, que nunca estiveram nas dependências da universidade. Essas respostas podem levar a entender que há uma distância entre a universidade pública e as comunidades mais vulneráveis economicamente.

As pesquisas feitas nas universidades são de extrema importância para o desenvolvimento do país e elas são feitas para beneficiar as pessoas de alguma forma. Mas fica a reflexão a respeito da inserção da comunidade nesse universo acadêmico que se torna restrito dentro da academia.

Uma das alternativas para diminuir essas discrepâncias foi a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ainda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

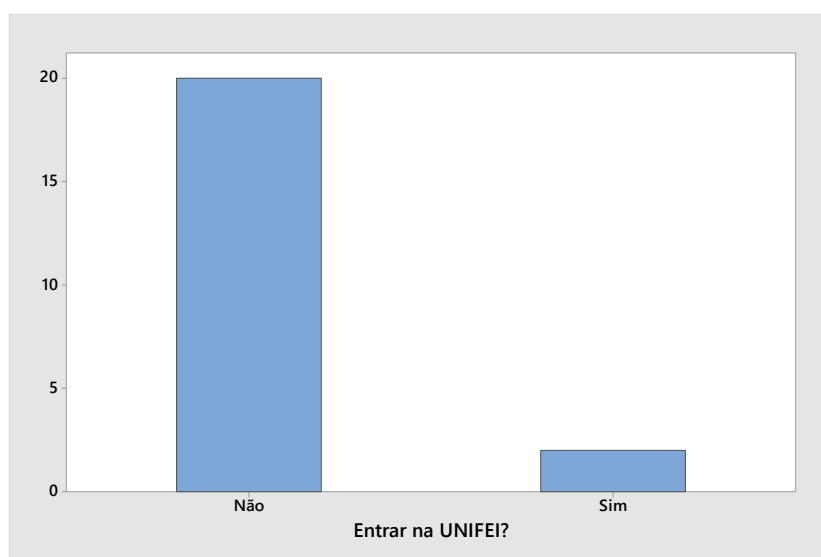
A expansão das universidades de ensino superior no governo Lula, não só aumentou a oferta de vagas e cursos, como também ampliou o acesso e a permanência na educação superior. Uma das estratégias foi o aumento da oferta de cursos noturnos, levando em consideração que parte da população precisa trabalhar durante o dia. São medidas reais e concretas como essas que ajudaram a mudar o perfil do ensino superior público no país, deixando de ser um pouco menos elitizado.

O acesso no ensino superior público à população mais vulnerável economicamente foi um grande avanço com o REUNI, no entanto, não foi suficiente para manter essa população nesse espaço. A criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) em 2008, ainda no governo Lula, garantiu a oportunidade que faltava, para que o estudante de baixa renda, permanesse no curso e terminasse sua graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, esporte, creche, apoio pedagógico, entre outros. Cabe a cada instituição de ensino, acompanhar, executar e fazer a avaliação do programa. De acordo com o Ministério da Educação, o programa recebeu, no seu primeiro ano (2008), R\$ 125,3 milhões em investimentos. Em 2009, R\$ 203,8 milhões, que foram investidos diretamente no orçamento das Instituições Federais.

Na Universidade Federal de Itajubá são ofertadas aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica: bolsas de auxílio moradia/permanência, alimentação e creche. O auxílio alimentação no ano de 2020, atendeu a 362 estudantes em Itajubá e foi ofertado na forma de pagamento de R\$ 200,00 (duzentos reais). Há uma seleção prévia para identificar os alunos que se encaixam no perfil de baixa renda. Uma das questões centrais do questionário, foi identificar se os beneficiários do PBF conhecem a forma de ingresso em uma universidade federal, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 08 - Forma de ingresso na UNIFEI



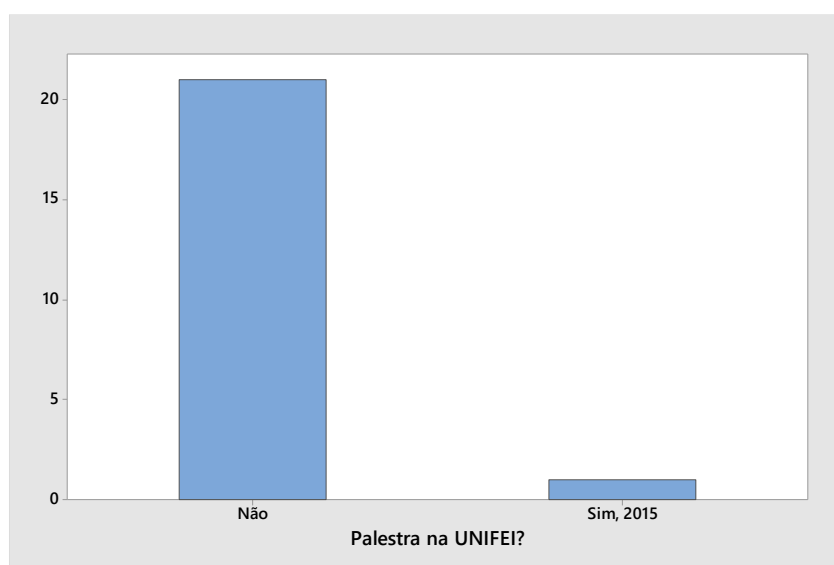
Fonte: Autoria própria

Neste gráfico, buscou-se saber se a pessoa conhece a forma de ingresso na UNIFEI. Em sua grande maioria, vinte pessoas, disseram não saber, enquanto apenas duas pessoas, disseram conhecer. Este também é um importante retrato dessa pesquisa e do país. Ter condições financeiras de pagar uma universidade privada sempre foi um privilégio. Esse cenário começa a mudar no Brasil, quando há um investimento em sistemas de financiamento em educação, destinados a população mais pobre. Tanto o FIES quanto o PROUNI, foram e continuam sendo importantes ferramentas que geram oportunidades reais de acesso às universidades privadas no país.

Analisando o gráfico, observa-se que grande parte dessa população mais pobre não conhece a forma de acesso a uma universidade pública e gratuita. Essa informação pode ser mais uma ferramenta que agrava e que pode manter o ciclo vicioso da pobreza, a partir do momento que se acredita que através da oportunidade de acesso a uma educação gratuita e de qualidade, esse ciclo vicioso possa ser quebrado.

É também de responsabilidade da universidade pública divulgar suas pesquisas e buscar formas de inserir a comunidade local, seja através de palestras, eventos, programas de pesquisa e extensão. E os beneficiários do PBF, participantes dessa amostragem, já participaram de alguma palestra na UNIFEI? A resposta encontra-se no gráfico a seguir.

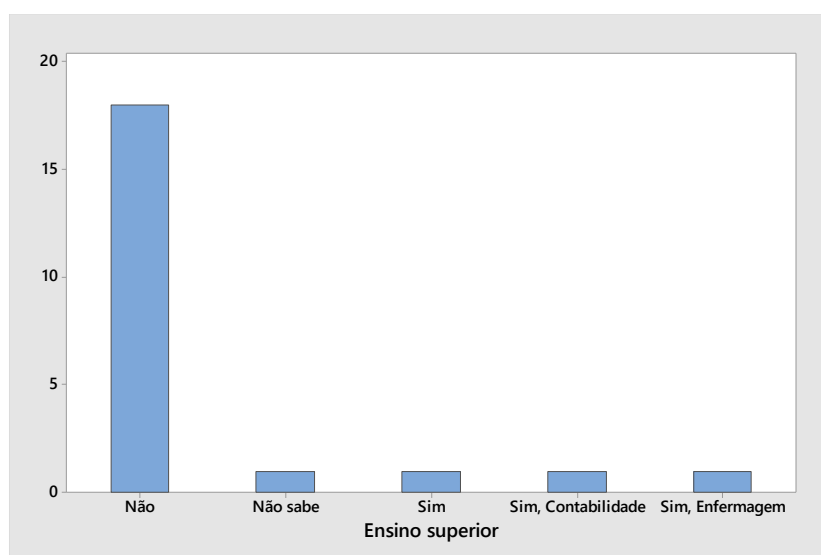
Gráfico 09 – Participou de palestras na UNIFEI



Fonte: Autoria própria

Perguntou-se se a pessoa já participou de alguma palestra na UNIFEI e em que ano foi. Vinte e uma pessoas responderam que não participaram e apenas uma pessoa participou em 2015. Esse gráfico mais uma vez, leva a refletir como a universidade tem chegado, e se tem chegado nas comunidades mais carentes do município. Seja na área das engenharias, seja na área da tecnologia, como esse desenvolvimento gerado dentro da Universidade Federal de Itajubá reflete e se faz conhecido para a população itajubense? O interesse em ingressar no ensino superior também é uma questão pertinente.

Gráfico 10 – Interesse em ingressar no Ensino Superior



Fonte: Autoria própria

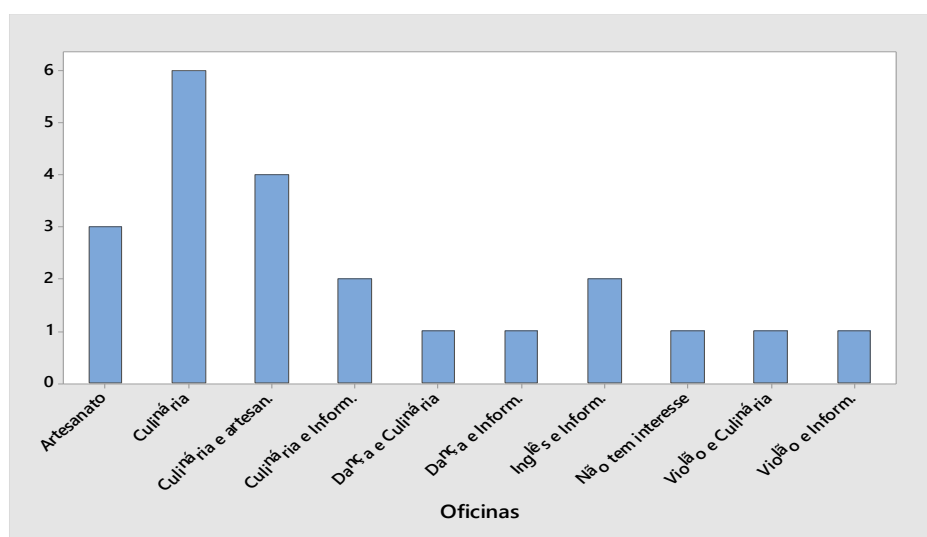
Nesse gráfico, observa-se que a maioria, dezoito pessoas, não tem interesse em ingressar no ensino superior. Isso pode ser explicado pela necessidade de trabalhar ou de cuidar da casa e dos filhos. Outro detalhe importante é que todos os entrevistados têm mais de trinta anos, e as perspectivas e propósitos de vida têm outras prioridades. Outras três pessoas, responderam que têm interesse em cursar o ensino superior. Uma delas tem interesse no curso de Enfermagem, outra no curso de Contabilidade, e a outra tem interesse, mas ainda não sabe o curso.

O interessante é que esses cursos são ofertados por instituições privadas no município e essas opções podem se tornar possíveis com o financiamento através do FIES ou com bolsa de estudo do PROUNI. Apenas uma pessoa não soube responder.

Uma alternativa muito interessante que tem no município de Itajubá é o cursinho pré-vestibular comunitário ou popular, que oferta ao estudante de baixa renda, a oportunidade de se preparar para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de forma gratuita ou com um preço simbólico, que ajuda no custeio dos materiais impressos, por exemplo. O curso Assistencial Theodomiro Santiago (CATS) é um desses projetos, localizado dentro da UNIFEI, registrado como um projeto de extensão social, que atende a população de baixa renda com interesse em ingressar no ensino superior. O cursinho é gerenciado por alunos da UNIFEI e atende Itajubá e região.

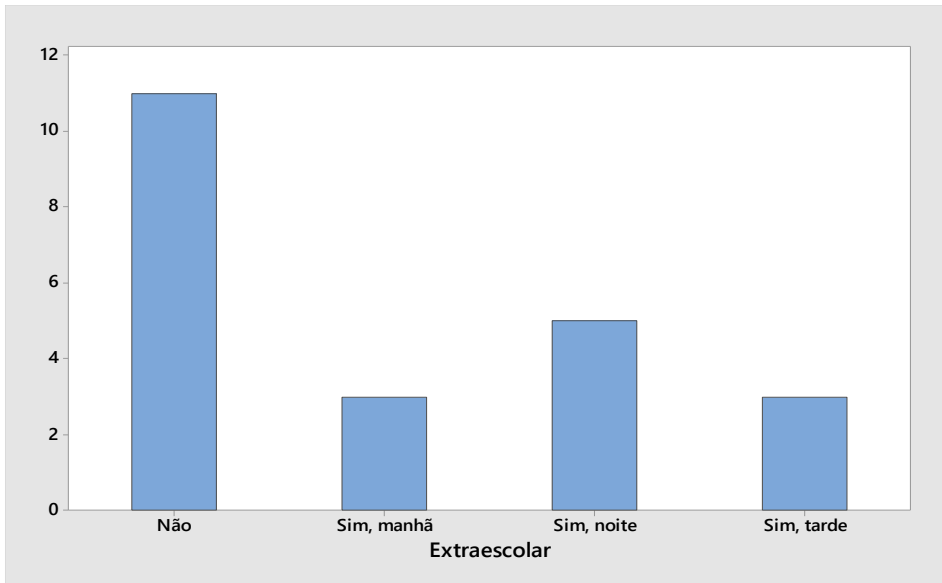
Levando em consideração o grau de instrução das entrevistadas é importante que o poder público local, ofereça cursos e oficinas que possa ajudar essas famílias a terem uma renda extra. O gráfico a seguir mostra a relação de oficinas e interesses.

Gráfico 11 - Oficinas



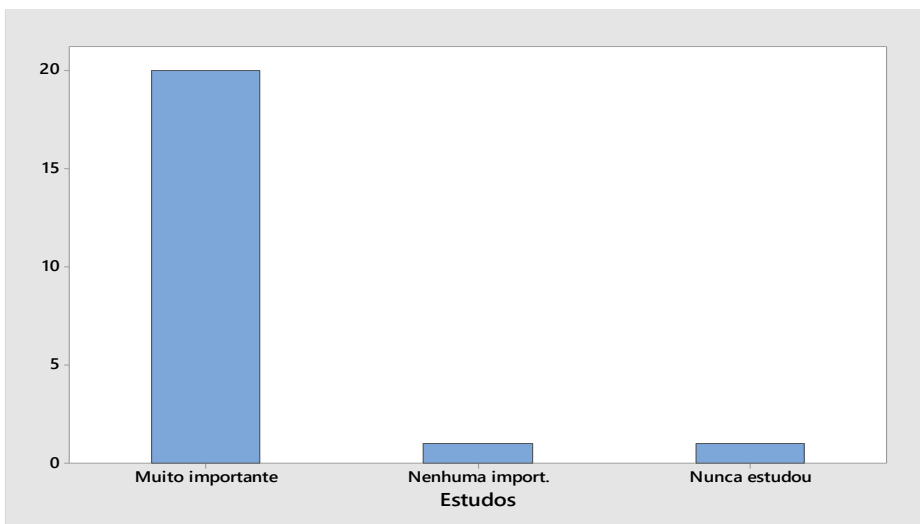
Fonte: Autoria própria

Procurando entender os interesses em relação às temáticas de cursos, foi perguntado quais oficinas os beneficiários fariam, caso fossem ofertadas pelo CRAS ou outra organização. Foram solicitadas duas opções, porém alguns se interessaram apenas por uma opção, conforme mostra o gráfico. A disponibilidade em fazer uma oficina é mostrada no gráfico abaixo.

Gráfico 12 – Disponibilidade para fazer as oficinas

Fonte: Autoria própria

Buscou-se saber, se os beneficiários teriam tempo e disponibilidade para fazer as oficinas mencionadas anteriormente, e caso tenham, quais seriam os melhores horários. Entre as respostas, onze pessoas mencionaram que não teriam disponibilidade. Na parte da manhã, três pessoas responderam que teriam disponibilidade. Na parte da noite cinco pessoas e à tarde três pessoas. Voltando a normalidade das atividades presenciais, é importante que os gestores dos CRAS, façam essa mesma pesquisa, para entender a demanda de cada bairro referenciado e assim de forma efetiva, possa ofertar cursos e oficinas aos seus usuários. Para encerrar esse primeiro bloco, buscou-se entender a importância dos estudos para a vida dessas famílias.

Gráfico 13 – Importância dos estudos

Fonte: Autoria própria

Perguntou-se qual foi a importância dos estudos na vida dessas pessoas. A grande maioria, mesmo não tendo o ensino médio completo, respondeu que o estudo foi muito importante em suas vidas. Foram vinte pessoas ao total. Apenas uma pessoa disse que não teve nenhuma importância e também uma pessoa respondeu que nunca havia estudado.

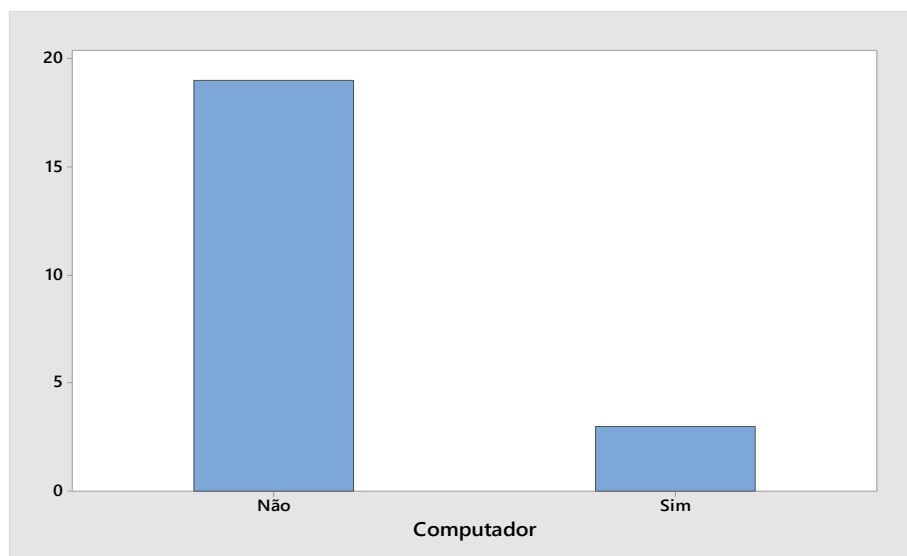
Levando em consideração que a maioria das entrevistadas consideram o estudo como algo muito importante, o que as levou a não ter concluído nem o ensino fundamental? É uma pergunta importante e a resposta um pouco complexa. Uma parte da resposta pode ser respondida analisando, por exemplo, o gráfico 03 dessa pesquisa, no qual mais da metade das entrevistadas disseram ter que parar de estudar para ajudar nas despesas de casa. Mesmo não tendo oportunidade ou interesse em continuar os estudos, é importante ressaltar que a maioria considera a educação muito importante para formação de uma pessoa.

O complexo em analisar essa situação, aparentemente confusa, é que vários fatores devem ser levados em consideração, como por exemplo: o histórico educacional dessa família, a sua vulnerabilidade socioeconômica, o acesso a informação, emprego fixo, acesso a cultura, esportes e lazer, ambiente familiar tranquilo para os estudos, incentivo dos pais, transporte, escola dentro do bairro, segurança alimentar, entre outros. Por essa perspectiva é possível considerar que uma pessoa não tenha um alto grau de instrução e mesmo assim, considere importante estudar.

4.2 BLOCO II – INFORMAÇÕES SOBRE AS AULAS REMOTAS EM 2020

No segundo bloco, buscou-se identificar: se o beneficiário tinha acesso a equipamentos eletrônicos (computador, notebook, smartphone), e acesso à internet; o total de crianças e adolescentes na residência; se as crianças e adolescentes conseguiram assistir as aulas de forma *on line* em 2020; se as crianças e adolescentes fizeram as atividades escolares de forma remota em 2020; quem ajudou as crianças / adolescentes nas atividades escolares; segurança no retorno as aulas presenciais, entre outros.

Tentando entender melhor como foi a rotina dessas famílias em relação as aulas remotas durante a pandemia, especificadamente no ano de 2020, algumas perguntas foram formuladas para ajudar a entender esse processo. A primeira destas foi se a família possuía computador ou *notebook*, smartphone ou tablet em casa.

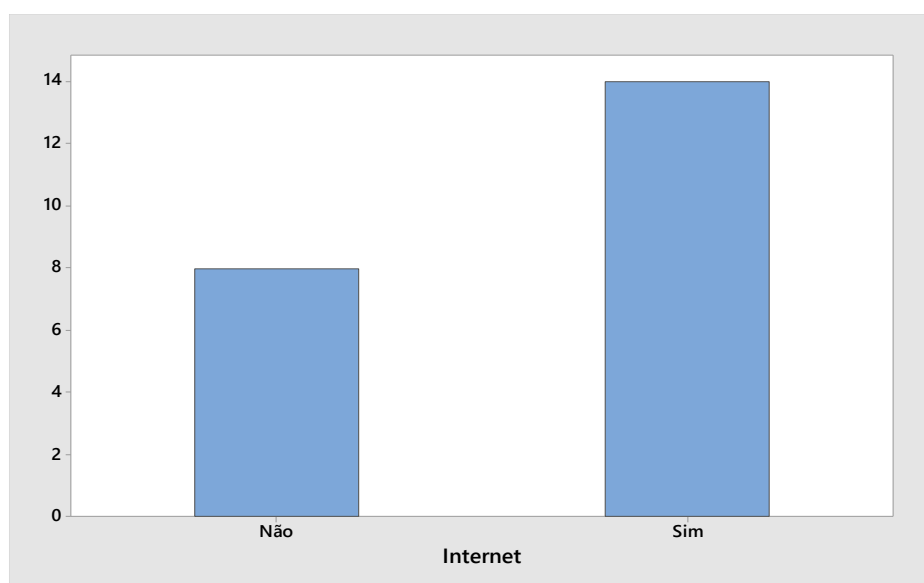
Gráfico 14 – Possui computador

Fonte: Autoria própria

Devido ao agravamento da pandemia no ano de 2020 no país, tornou-se inviável a continuação de aulas presenciais. A alternativa adotada por algumas instituições foram as aulas remotas, nas quais os alunos tinham aula *on line* em uma plataforma digital, através da qual entregavam as atividades avaliativas. Porém, para que tudo isso fosse possível, era imprescindível que as famílias possuíssem, além dos equipamentos eletrônicos necessários, uma boa conexão de internet, que suporte uma aula *on line* com os demais colegas de classe. Este gráfico apresentou que dezenove famílias não tinham computador ou outros equipamentos similares em casa. Apenas quatro pessoas tinham acesso a esse tipo de equipamento.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), constatou-se a existência de microcomputador em 40,6% dos domicílios brasileiros no ano de 2019. Esse número foi menor se comparado ao ano de 2018 que atingiu 41,7%. Em relação aos domicílios que continham tablet, apenas 11,3% disseram possuir em 2019.

Outra questão crucial para ser possível ter uma aula *on line*, é possuir internet em casa. O gráfico a seguir mostra que onze pessoas responderam ter acesso à internet em casa. Em contraposição, oito pessoas responderam não ter acesso à internet.

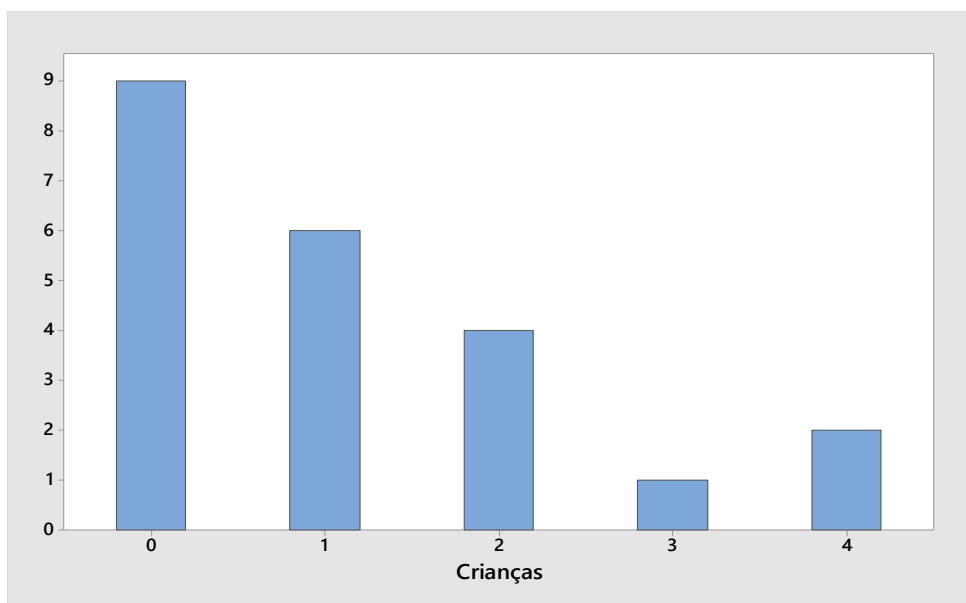
Gráfico 15 – Acesso à internet

Fonte: Autoria própria

Este também é um dado interessante, pois demonstra que uma boa parcela dessas famílias, tem acesso a internet em casa. Uma das entrevistadas relata que conseguiu acesso à senha da internet do vizinho. Existe também o acesso de pacote de dados móveis pelo celular. De uma forma ou de outra, pode-se afirmar que a tecnologia está dentro da casa de milhões de pessoas, independentemente de sua condição financeira.

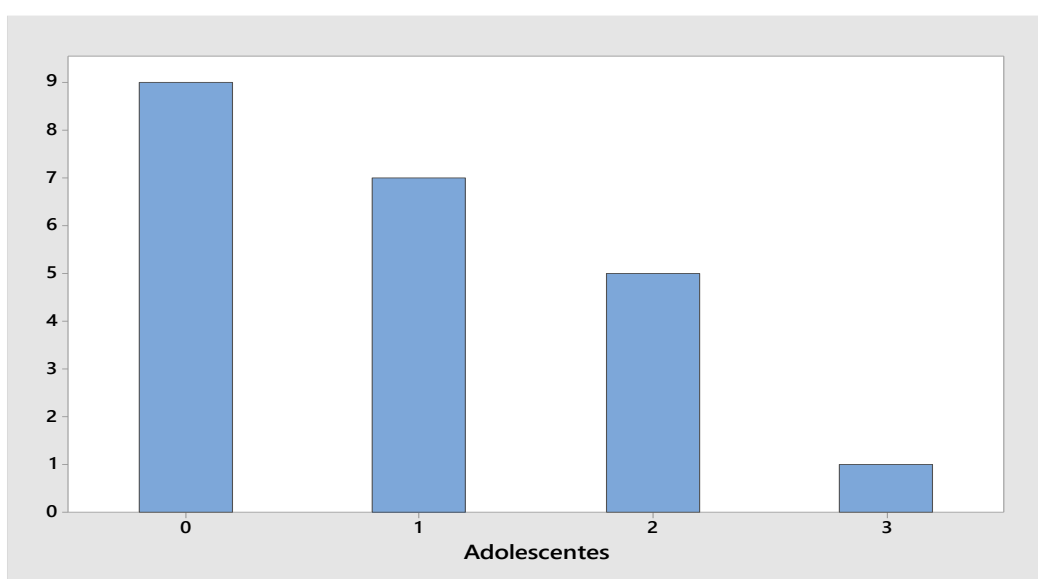
Esses dados estão em conformidade com o levantamento feito pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), na qual 82,7% dos domicílios nacionais disseram possuir acesso à internet. Se comparado ao ano de 2018, houve um aumento de 3,6 pontos percentuais.

O levantamento do PNAD Contínua (2019), também identificou que 12,6 milhões de domicílios ainda não tinham acesso à internet. Os motivos apontados foram: falta de interesse (32,9%); serviço de acesso caro (26,2%) e o fato de nenhum morador saber usar a internet (25,7%).

Gráfico 16 – Quantidade de crianças

Fonte: Autoria própria

Em relação ao número de crianças (de 0 a 12 anos) que moram na residência, nove famílias não possuem nenhuma criança nessa faixa etária. Seis famílias possuem apenas uma criança nessa faixa etária e quatro famílias possuem duas crianças nessa faixa etária. Com três crianças na residência, apenas uma família e com quatro crianças, duas famílias.

Gráfico 17 – Quantidade de adolescentes

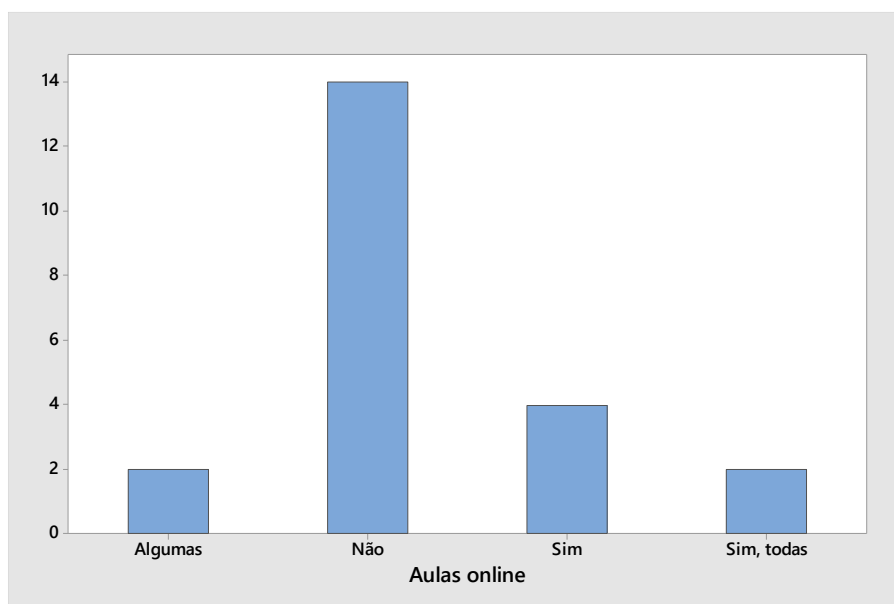
Fonte: Autoria própria

Buscou-se também saber a quantidade de adolescentes (de 13 a 17 anos) que moram no domicílio. Em sua maioria, nove famílias, não possuem nenhum adolescente nessa faixa etária. Sete famílias possuem apenas um adolescente e cinco famílias possuem dois adolescentes. Apenas uma família com três adolescentes nessa faixa etária.

A pandemia de coronavírus avançou no primeiro trimestre de 2020 no Brasil e levou as instituições de ensino tanto pública quanto privada, a fecharem as salas de aula, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em manter o isolamento social, entre outras medidas para conter a pandemia de coronavírus.

Dentro das alternativas, para não prejudicar ainda mais o ensino, foi implementado, no decorrer dos meses, aulas e atividades de forma remota. No entanto, para ter acesso a essa nova forma de ensino, foi fundamental o uso de equipamentos eletrônicos e de uma boa conexão de internet que suporte uma aula *on line*, o que evidenciou ainda mais as desigualdades do país. O gráfico a seguir, ajuda a entender a exclusão de alunas e alunos de baixa renda, que não possuíam acesso a internet, ou seja, não conseguiram acompanhar as aulas *on line*.

Gráfico 18 – Assistir a aulas *on line*



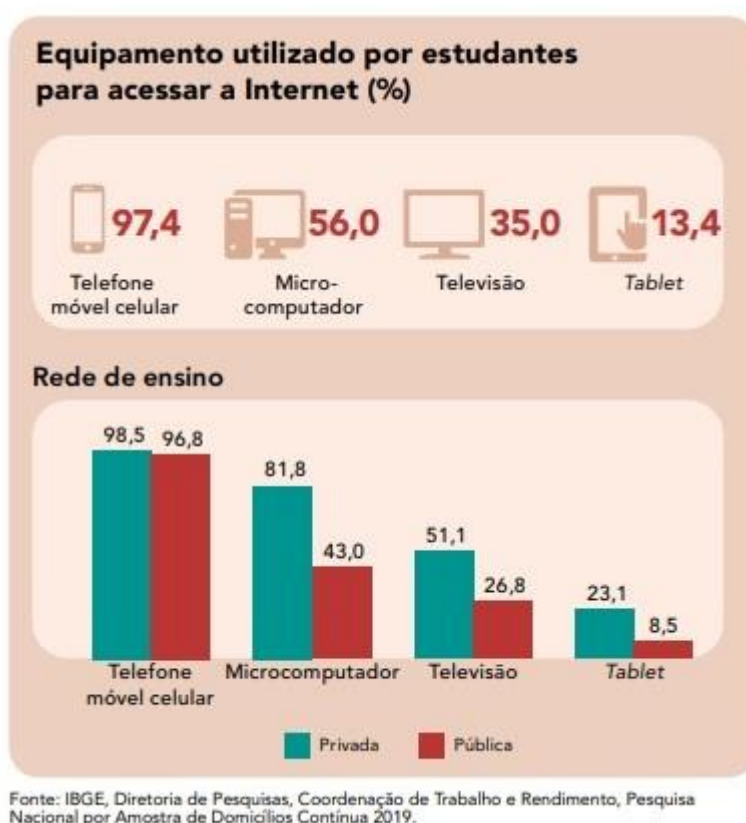
Fonte: Autoria própria

Em relação as aulas *on line*, observou-se seis famílias que assistiram todas as aulas. Duas famílias afirmaram que assistiram algumas aulas e quatorze famílias não assistiram as aulas *on line* por não possuírem os equipamentos necessários ou por não terem crianças/adolescentes em casa.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), 4,3 milhões de estudantes brasileiros, não tinham acesso à internet durante a pandemia, ou seja, não tinham acesso as aulas remotas. Os dados consideraram pessoas com 10 anos de idade ou mais.

Ainda segundo o IBGE (2021), do total de estudantes sem internet, 95,9% estudavam em escolas públicas o que reforça a desigualdade entre estudantes da rede pública e privada. Na rede pública de ensino do Norte e Nordeste, apenas 68,4% e 77,0% dos alunos, respectivamente, tinham acesso à internet. A pesquisa também mostra que o celular foi o principal meio de navegar na internet, mas somente 64,8% dos estudantes de escolas públicas tinham o aparelho.

Gráfico 19: Equipamento utilizado para internet



Além da desigualdade apontada na falta de acesso a esses equipamentos, o fechamento das salas de aula representou uma maior preocupação: a fome. Para muitas crianças em situação de vulnerabilidade, a merenda escolar era a principal refeição do dia. O que era uma preocupação nas férias escolares, onde as escolas não abriam e não ofertavam merenda, se torna um problema maior quando não se tem uma previsão de retorno as aulas presenciais. O aumento do desemprego e a queda na renda de muitas famílias durante a pandemia, potencializou a insegurança alimentar em muitos domicílios.

Uma das alternativas dada por algumas escolas da educação básica, foi fornecer um kit alimentação para as famílias vulneráveis. A Secretaria do Estado de Minas Gerais, disponibilizou para alunos da rede pública estadual os kits com alimentos. Os produtos foram adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a orientação de que seja preservado o mínimo de 30% dos recursos na aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar.

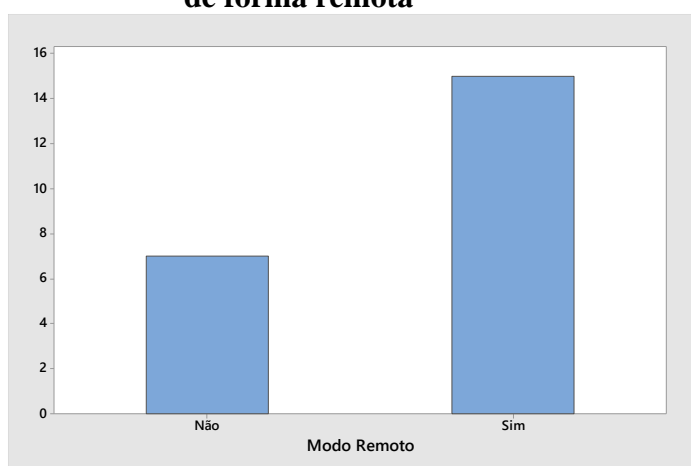
De acordo com a pesquisa feita em 2020 pelo Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) do Ministério da Saúde, apenas 21% das famílias entrevistadas, ou seja, uma em cada cinco crianças, com idades entre dois e nove anos, atendidas nos serviços de Atenção Básica realizava, no mínimo, as três principais refeições do dia – café da manhã, almoço e jantar.

De acordo com o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), vinculado ao Ministério da Saúde, em todo o ano de 2020 foram quase quatro mil mortes de crianças de 0 a 9 anos por desnutrição no país.

A pesquisa do SISVAN também identificou que em 2021, a qualidade da alimentação caiu. As crianças consumiram uma quantidade superior de alimentos processados, comparados a frutas e verduras.

Em meio a tanta dificuldade e exclusão, a maioria das crianças e adolescentes desta pesquisa conseguiram entregar as atividades escolares, conforme mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 20 - Conseguiram fazer as atividades de forma remota

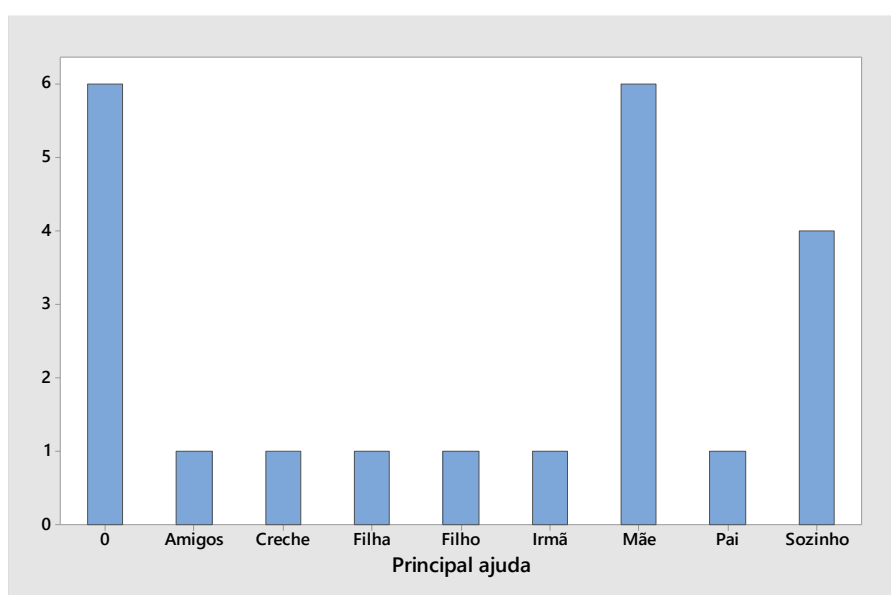


Fonte: Autoria própria

Pensando nas famílias que não têm acesso a equipamentos eletrônicos e à internet para acessar as aulas *on line*, uma das opções adotadas por algumas escolas foi imprimir as atividades

dos alunos que não tinham acesso e pedir para o responsável retirar na escola, levar para a criança/ adolescente fazer e devolver na escola para que seja corrigida. Desta forma, tentando amenizar a perda ainda maior, no caso das alunas e alunos mais vulneráveis. De acordo com as respostas, como mostra o gráfico, quinze famílias responderam que as crianças e adolescentes conseguiram fazer e entregar as atividades, seja por meio digital ou de forma impressa. Outras três famílias que têm em casa crianças e/ ou adolescentes não conseguiram entregar as atividades. Apenas quatro famílias não possuem crianças e nem adolescentes em casa, conforme informado no gráfico anterior.

Gráfico 21 – Principal ajuda nas atividades remotas



Fonte: Autoria própria

Nesse gráfico buscou-se saber de onde veio a principal ajuda na realização das atividades remotas em 2020. Para quatro famílias que não possuem crianças nem adolescentes, a resposta foi 0. Duas famílias com crianças e/ ou adolescentes não fizeram as atividades, então não tiveram ajuda. Uma família tem criança em idade de creche, logo não teve atividade. Em seis famílias, a principal ajuda na realização das atividades veio das mães. Outras quatro famílias responderam que as próprias crianças e/ou adolescentes realizam as atividades sozinhos. Uma família respondeu que o pai foi a principal ajuda. Duas famílias que o filho/filha foram a principal ajuda. Uma família respondeu que amigos ajudaram na realização e uma família que a irmã é a principal ajuda.

Em relação às atividades remotas, as dificuldades relatadas para este estrato da população estão em sintonia com outros setores carentes da sociedade. Alguns cursos pré-

vestibulares para alunos carentes dobraram o número de vagas ofertadas. No entanto, a dificuldade de acesso à internet fez com que o número de alunos, ao invés de dobrar, caísse pela metade. Portanto, a questão do acesso à internet acaba se tornando uma questão de cidadania e inserção social, e deve ser contemplada pelas políticas públicas.

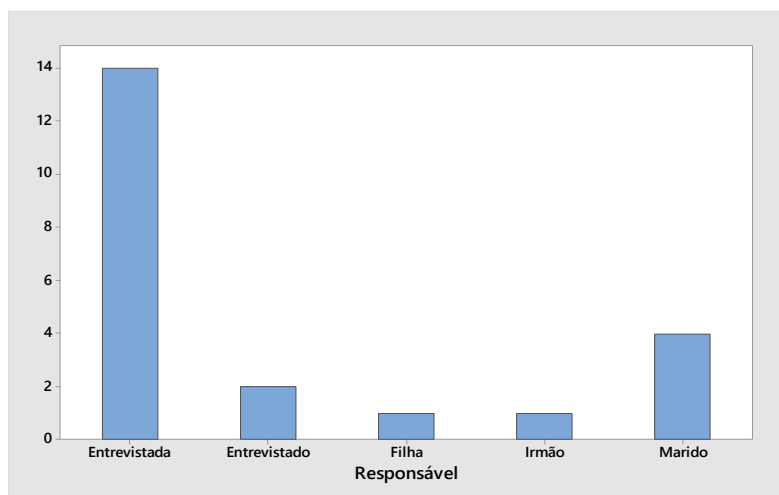
Tendo em vista todos os protocolos de segurança, perguntou-se se o entrevistado se sente seguro com um possível retorno às aulas presenciais em 2021. Em sua maioria onze pessoas responderam que não se sentem seguras. Outras seis famílias responderam que se sentem seguras. Quatro famílias não responderam, pois não possuíam crianças e adolescentes em casa e uma família não soube responder.

Seguindo a ordem de prioridades da vacinação, perguntou-se se a entrevistada tem interesse em ser vacinada. Tivemos que dezessete pessoas disseram que sim. Outras três pessoas disseram que não. Uma pessoa não soube responder e uma pessoa diz já ter sido vacinada.

4.3 BLOCO III - DADOS SOBRE EMPREGO E RENDA DURANTE A PANDEMIA

No último bloco, procurou-se identificar: o principal responsável pelas despesas da casa; a profissão do principal responsável pelas despesas; se esteve mais tempo empregado ou desempregado nos últimos dez anos; se trabalhou em 2020; quantas pessoas trabalham fora de casa; se alguma pessoa perdeu o emprego em 2020 por conta da pandemia; se tem morador maior de dezoito anos que não trabalha e nem estuda; se houve solicitação de empréstimo em 2020; a principal destinação do auxílio emergencial em 2020, entre outros. Para entender melhor a estrutura familiar é importante saber quem é o principal responsável pelas despesas.

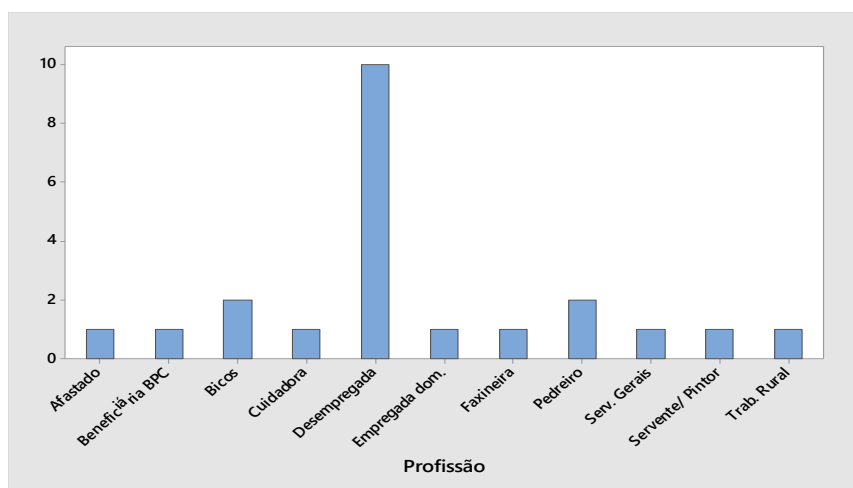
Gráfico 22 – Responsável pelas despesas do domicílio



Fonte: Autoria própria

Em relação a emprego e renda, perguntou-se quem é o principal responsável pelas despesas da casa. Quatorze entrevistadas disseram ser as responsáveis. Outros dois entrevistados disseram ser os responsáveis. Quatro mulheres disseram ser os maridos os principais responsáveis pelas despesas da casa. Uma pessoa respondeu que é a filha e uma outra pessoa que é o irmão. O gráfico a seguir mostra qual é a profissão do principal responsável pelas despesas.

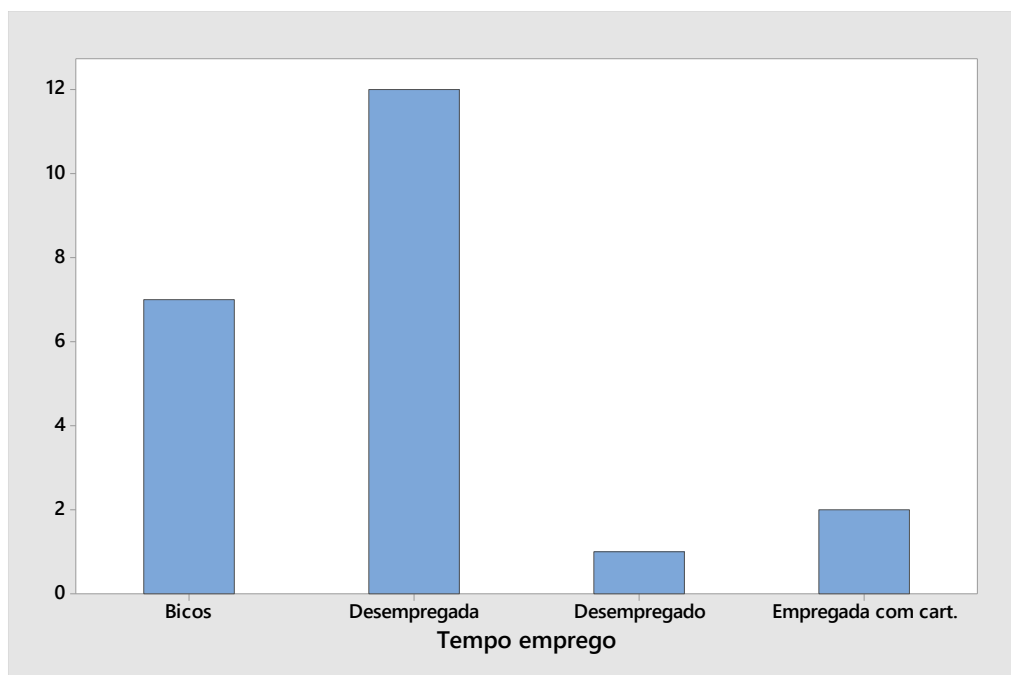
Gráfico 23 – Profissão do principal responsável



Fonte: Autoria própria

Outro ponto de interesse foi a profissão do principal responsável pelas despesas do domicílio. Em sua maioria, dez respostas se diziam desempregadas. Duas pessoas viviam de trabalhos esporádicos informais. Duas pessoas eram pedreiros. Uma pessoa estava afastada do emprego. Uma pessoa era beneficiária do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Uma pessoa era cuidadora. Uma pessoa era empregada doméstica. Uma pessoa era faxineira. Uma pessoa trabalhava em serviços gerais. Uma pessoa era servente/ pintor e uma pessoa que era trabalhador rural.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), no trimestre encerrado em 2020, o número de pessoas desempregadas chegou a 14,1 milhões. A taxa de informalidade também cresceu e chegou a 38,8% da população ocupada, o que representa 32,7 milhões de trabalhadores informais no país. O gráfico a seguir mostra um panorama para identificar se a pessoa entrevistada ficou mais tempo empregada ou desempregada.

Gráfico 24 – Tempo no emprego

Fonte: Autoria própria

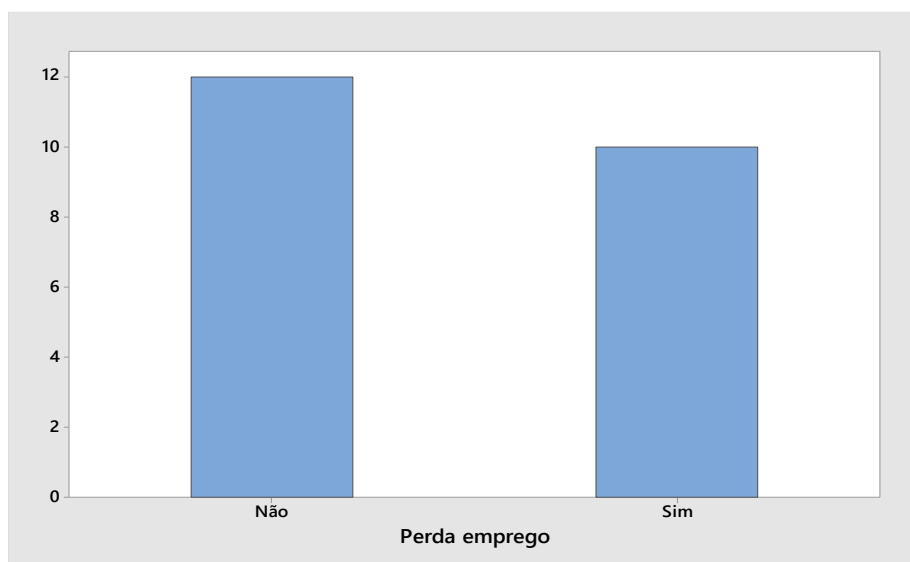
Para entender um pouco melhor do histórico de emprego dessa família, investigou-se o emprego nos últimos dez anos. Em resposta, doze mulheres disseram ter ficado, nesses últimos dez anos, mais tempo desempregadas. Outras sete pessoas disseram que passaram mais tempo fazendo trabalhos informais. Uma pessoa respondeu que passou mais tempo desempregado e outras duas pessoas responderam que tiveram mais tempo com carteira assinada. Nota-se, portanto, uma grande insegurança destas pessoas em relação ao trabalho, o que acaba criando uma cadeia familiar de instabilidade e incertezas.

Perguntou-se também se a pessoa entrevistada trabalhou fora em 2020. Treze pessoas responderam que não. Outras nove pessoas responderam que trabalharam fora de casa em 2020. Em relação a pessoa estar empregado atualmente, dezenove pessoas responderam que sim. Outras três pessoas responderam que não. Em relação a quantidade de pessoas que trabalham fora de casa, nove pessoas responderam que têm apenas uma pessoa. Sem nenhuma pessoa que trabalha fora de casa, oito respostas. Com duas pessoas que trabalham fora de casa, cinco respostas.

Durante a pandemia em 2020, o uso do transporte público se tornou um grande problema pela alta taxa aglomeração de pessoas dentro de um pequeno espaço. Em relação às pessoas que trabalham fora de casa, perguntou-se se elas utilizaram o transporte público. Dezesesseis disseram que não utilizam e outras seis pessoas afirmaram utilizar.

Com o avanço da pandemia no Brasil em 2020, o uso de medidas mais restritivas de isolamento social foi sendo adotada pelos estados. Diversos prestadores de serviços tiveram que fechar as portas por um período, para que os índices de contágio e morte, decorrentes da pandemia, diminuíssem. A perda de empregos e o aumento das desigualdades aumentou.

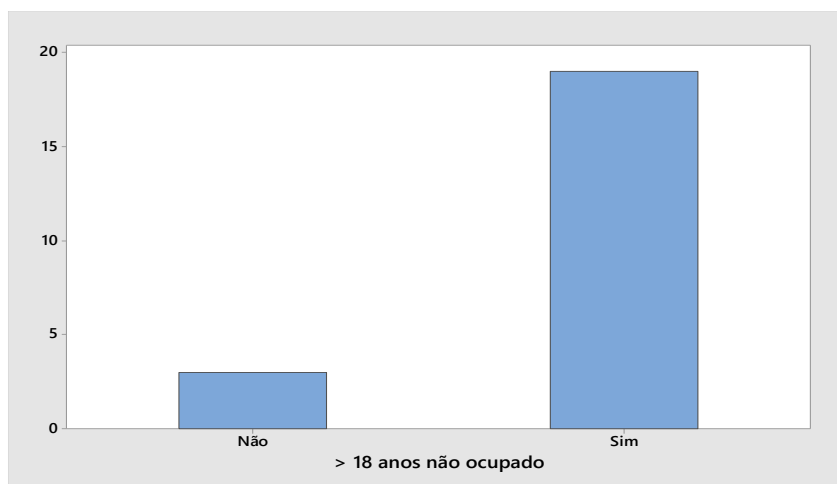
Gráfico 25 – Perda de emprego devido a pandemia



Fonte: Autoria própria

Infelizmente, além da perda de centenas de pessoas em Itajubá, registrou-se também a perda de empregos que se tornaram inviáveis por conta do distanciamento social imprescindível. Investigou-se então se alguma pessoa na casa da família perdeu o emprego por conta da pandemia em 2020. Doze pessoas responderam que não. Outras dez pessoas responderam que perderam o emprego por conta da pandemia. Vale lembrar que muitas pessoas já estavam desempregadas antes da pandemia.

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a pandemia causou a perda de 255 milhões de postos de trabalho em 2020, na qual mulheres e jovens são os mais afetados. Um outro dado importante é a quantidade de maiores de dezoito anos que se encontram não ocupados.

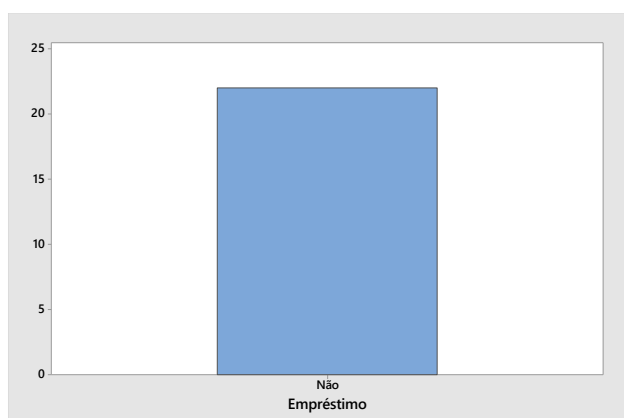
Gráfico 26 – Maior de 18 anos que não trabalha e nem estuda

Fonte: Autoria própria

Uma das grandes preocupações, além da alta taxa de desemprego, é alta quantidade de jovens que não encontram emprego e nem estão estudando. Perguntou-se se tem algum morador que não trabalha e nem estuda e que tenha mais de dezoito anos. Dezenove respostas que tem esse perfil entre os jovens e outras três que não.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, apontou alta de 25% de desalentados (pessoas que desistiram de procurar emprego) e que os mais prejudicados foram as mulheres e os jovens. Mostrou também que os mais impactados pela pandemia, no que se refere a taxa de desocupação, foram as pessoas com ensino médio completo e incompleto.

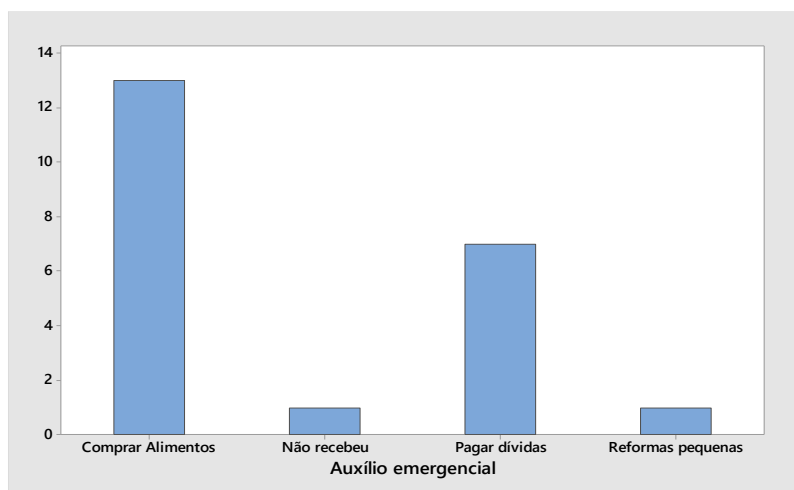
Todos esses dados reforçam a necessidade do governo em investir em políticas públicas direcionadas para essa população, ampliando os programas sociais e criando oportunidades de emprego e renda.

Gráfico 27 – Empréstimo em 2020

Fonte: Autoria própria

Durante a pandemia em 2020, ao perguntar se algum morador solicitou algum tipo de empréstimo, de forma unânime, todas as vinte e duas pessoas responderam que não. Aqui cabe uma observação importante, pois a busca de empréstimo depende da oferta de crédito a esta população, que não tem encontrado facilidades para obtenção de empréstimo, posto que não têm condições de assegurar o pagamento.

Gráfico 28 – Destinação do Auxílio Emergencial



Fonte: Autoria própria

Com a luta de entidades sociais e pressionando o congresso nacional, foi aprovado um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00 para as famílias mais vulneráveis em um momento de alta da taxa de transmissão do coronavírus. Foi perguntado a essas famílias qual foi a principal destinação do auxílio emergencial concedido em 2020. Treze pessoas responderam que a principal destinação foi para compra de alimentos. Outras sete pessoas responderam que utilizaram para pagar dívidas. Uma pessoa respondeu que utilizou em pequenas reformas em casa e uma pessoa disse que não recebeu.

Este item desdobra-se em algumas questões importantes. Duas, em particular, merecem ser destacadas. A primeira mostra que, a exemplo de um percentual expressivo da população brasileira, há uma parcela de famílias beneficiárias do Bolsa Família endividadas. Todavia, o fato do auxílio ser utilizado para pagar dívidas mostra uma face muito importante destas pessoas, que não colocam a inadimplência como um ponto a ser tolerado.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve que passar por mudanças na metodologia, devido a pandemia de coronavírus. Nossa estratégia inicial era encaminhar a Carta Convite, e convidar os entrevistados a comparecer no CRAS para responder as perguntas da entrevista. Entendeu-se a importância do contato presencial, mas por medidas de segurança, e para dar continuidade a pesquisa, optou-se pelo contato via telefone.

Percebeu-se com os dados coletados da pesquisa, que ainda há um distanciamento muito grande entre a educação e pobreza, que neste trabalho estão sendo representados pela Universidade Federal de Itajubá e os beneficiários mais antigos do Programa Bolsa Família no município de Itajubá. É muito significativo identificar na pesquisa, uma parcela da população mais pobre, que nunca entrou em uma universidade pública que é centenária, dentro do município ao qual ela pertence.

Nota-se que a maioria das entrevistadas desta pesquisa, possuem o ensino fundamental incompleto. A partir do momento que uma pessoa adulta relata que não teve o ensino médio completo por que teve que parar de estudar para trabalhar e ajudar nas despesas da casa, isso já não é uma escolha. É importante ressaltar, também, que para ter acesso ao ensino superior, a pessoa deve concluir o ensino médio. Ou seja, temos uma parcela da população, que se encontra excluída e não tem a liberdade /oportunidade de escolher ingressar em uma instituição de ensino superior. Essa foi a realidade de mais da metade das entrevistadas. Não por acaso, perguntou-se a escolaridade das mães dessas entrevistadas, e mais uma vez a maioria não tinha ensino médio completo. Percebe-se que esse déficit educacional é passado de uma geração para outra. Ao serem perguntadas sobre a importância dos estudos, a maioria entende ter muita importância. O que evidencia que elas entendem que a educação é um caminho importante para uma certa emancipação da pobreza, porém não tiveram além de incentivo, uma oportunidade para continuar os estudos.

A desigualdade não dá o direito de escolha. Por isso a importância de um país investir em políticas públicas ligadas a educação, que incentive e mostre todas as possibilidades. Esse distanciamento entre a pobreza e universidade, e aqui acrescenta-se a universidade particular, começa a ser diminuído, quando se investe na expansão de universidades públicas e em programas como o PROUNI e o FIES. Não pode ser naturalizado ter famílias de baixa renda, que pensam ter que pagar para estudar em uma universidade pública, que não conhecem a forma de ingresso ou que nunca entraram por falta de oportunidade. A urgência é fortalecer esses

programas para que as filhas e os filhos dessas entrevistadas tenham acesso a esses espaços públicos e tenham o direito de escolha.

O fechamento das escolas em 2020, por conta da pandemia, evidenciou o quanto a escola é importante para o aprendizado, e também o lugar onde alguns alunos faziam suas principais refeições durante o dia. De acordo com a amostragem da pesquisa, apenas seis famílias conseguiram acessar a aula *on line*, na qual a maioria dizia não ter computador e a maioria dizia ter acesso a internet. A estratégia de imprimir as atividades para os estudantes que não tinham acesso as aulas *on line* foi fundamental para não aumentar ainda mais a evasão escolar. De acordo com a amostragem da pesquisa, a maioria das crianças/ adolescentes fizeram e entregaram as atividades de forma remota.

No início da pesquisa, ao entrar em contato com os órgãos municipais, notou-se a falta de dados em relação às pessoas que já haviam passado pelo programa. Não havia uma estimativa de quantas pessoas saíram do programa até aquela data e nem o motivo pelo qual saíram. O fluxo de pessoas, que entram e saem do programa, sofrem variadas mudanças com frequência, portanto o município ter o controle da quantidade de pessoas que saíram em determinado mês e o motivo pelo qual elas saíram, poderia ser uma importante ferramenta de avaliação do programa.

Esse controle poderia ser feito em uma planilha de forma simples, que possibilitaria entender o motivo da saída, dentro do não cumprimento a alguma condicionalidade do programa e fomentar na equipe de avaliação do programa, medidas que fortaleçam a política pública social no município. Notou-se também, que esse não é um problema específico do município de Itajubá. Ao entrar em contato com outros municípios vizinhos, percebeu-se que eles também não tinham esse controle.

Um outro dado preocupante que a pesquisa trouxe, discorre que mais da metade das entrevistadas responderam ter ficado, nesses últimos dez anos, mais tempo desempregadas e que boa parte perdeu o emprego por conta da pandemia. Percebeu-se também um número alto, entre a amostragem da pesquisa, que evidenciou moradores acima de dezoito anos, que não trabalham e nem estudam. Levando em consideração as altas taxas de desemprego, quais políticas públicas e programas o governo atual tem feito para dar uma oportunidade a esses jovens e diminuir esse distanciamento (pobreza versus educação)?

A pandemia deixou mais evidente o tamanho da desigualdade desse país. O aumento do desemprego, da fome, da falta de esperança, mostra o quanto é importante o fortalecimento do Programa Bolsa Família, que além de reduzir a pobreza e diminuir a taxa de mortalidade infantil, ajudou a melhorar os indicadores de insegurança alimentar. Porém, após dezoito anos

o Programa Bolsa Família é revogado pela Medida Provisória nº 1.061, de 09 de agosto de 2021, criada pelo governo atual, que instituiu o Programa Auxílio Brasil, com indefinições sobre valores e fonte de recurso.

6 REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, J. M. **Parcerias entre Estado e sociedade civil: significados e desafios na gestão de políticas públicas. O caso da assistência social em São Paulo.** Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 de nov. de 2021.

BRASIL. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>> Acesso em 12 de nov. 2021

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAVESI, F. M. **Avanço ou retrocesso: Análise da Política de Assistência Social no município de Valença (1988-1993).** Revista Episteme Transversalis – V. 3, N. 1, 2012.

EDUCAÇÃO. Disponível em: <<https://www2.educacao.mg.gov.br/component/gmg/story/11347-alunos-da-rede-estadual-de-minas-seguem-recebendo-kit-alimentacao-distribuido-pelas-escolas>> Acesso em 12 de nov.2021

FOLHA. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/mais-de-4-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-internet/>> Acesso em 12 de nov. 2021

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala.** 16ª. ed., Rio de Janeiro, 1973.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GLOBO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/07/15/sem-merenda-quando-ferias-escolares-significam-fome-no-brasil.ghtml>> Acesso em 12 de nov. 2021

GLOBO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2021/11/15/com-a-pandemia-apenas-1-em-cada-4-criancas-da-atencao-basica-realiza-ao-menos-as-tres-principais-refeicoes-do-dia.ghtml>> Acesso em 12 de nov. 2021

GLOBO. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2021/01/25/pandemia-levou-a-perda-de-255-milhoes-de-empregos-em-2020-diz-oit.ghtml>> Acesso em 12 de nov. 2021

IBGE. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-0>> Acesso em 12 de nov. 2021

IBGE. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a-14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro>> Acesso em 12 de nov. 2021

IPEA. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=38203&catid=3&Itemid=3> Acesso em 12 de nov. 2021

MARSHAL, T. H. **Cidadania, Status e Classes Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1967.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROUSSEAU, J.J. **O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. 1754. Disponível em <http://files.portalconscienciapolitica.com.br/200001887-5ee1a5fdc4/ROUSSEAU,%20J.J_Discuros%20sobre%20a%20origem%20da%20desigualdad e_Ed%20RCM.pdf> Acesso em: 21 de jun. 2017.



SALES, Tereza. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Unicamp, 1993.

SAUDE. Disponível em: <<https://datasus.saude.gov.br/>> Acesso em 12 de nov. de 2021

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das letras, SP, 2010.

SOUZA, J. Ralé Brasileira: **quem é e como vive**. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2009.

APÊNDICE

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI</p> <p>Mestrado em Desenvolvimento em Tecnologias e Sociedade</p> <p>Fone: (35) 98406-9573 – E-mail: bcelio25@gmail.com</p>	
---	---	---

CARTA CONVITE

Prezada Sra. XXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de Itajubá, através da Coordenação de Programas Especiais (Programa Bolsa Família - PBF) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, e a Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, através do Programa de Pós Graduação do Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTecS, convida a Vossa Senhoria a responder algumas perguntas referente ao **impacto do Programa Bolsa Família dentro do seu convívio familiar.**

Como funcionará?

O contato será feito por telefone, através do pesquisador Benedito Celio Antunes Oliveira que é aluno do Mestrado em Desenvolvimento Tecnologias e Sociedade – DTecS da UNIFEI.

Qual o objetivo da pesquisa?

Esta pesquisa tem por objetivo geral, analisar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) nos beneficiários mais antigos do programa.

Essa parceria Prefeitura Itajubá - UNIFEI se propõe a conhecer melhor a realidade dessa família e criar um diagnóstico que auxilie na formulação de políticas públicas que contribuam para a diminuição da desigualdade social em nosso município.

IMPORTANTE: A resposta as perguntas **não são obrigatórias**, e caberá ao beneficiário (a), dar o consentimento em respondê-la.

ITAJUBÁ, 30 DE SETEMBRO DE 2020.

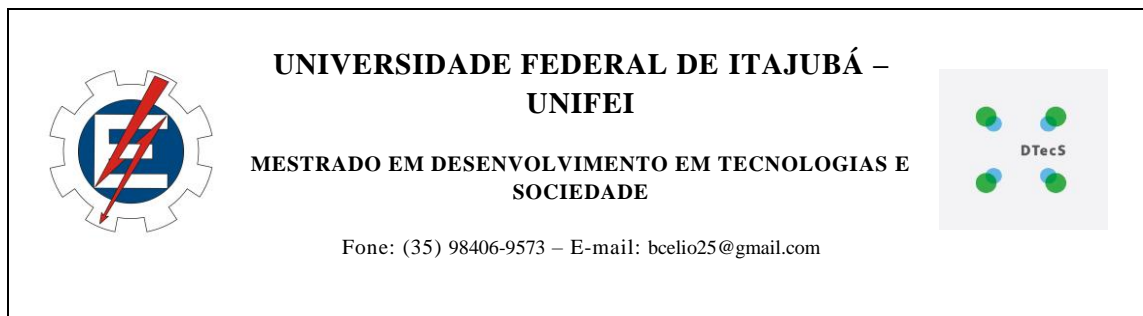
Contatos

Benedito Celio Antunes Oliveira

(Pesquisador mestrando UNIFEI)

Tel.: 35 9 8406-9573

Prof. Dr. Antonio Carlos Zambroni de Souza (UNIFEI)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO: “Programa Bolsa Família (PBF): uma análise do impacto do programa nas famílias mais antigas beneficiadas”

PESQUISADOR RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Benedito Celio Antunes Oliveira
Telefone para contato: (35) 98406-9573

ORIENTADOR RESPONSÁVEL PELO PROJETO: Antonio Carlos Zambroni de Souza
Telefone para contato: (35) 98859-2776

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa de mestrado da Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI em parceria com a Prefeitura Municipal de Itajubá. Sua participação nesse estudo é muito importante para nós, mas, se você não quiser ou não puder participar, ou se quiser desistir, isso não vai trazer nenhum problema para você.

Diante do atual cenário da pandemia de Covid-19, o contato será feito por telefone, seguindo assim, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em manter o isolamento social nessa atual conjuntura.

A seguir serão apresentadas algumas informações importantes para seu conhecimento, e logo após será perguntado se concorda em participar do estudo.

Estou ciente de que:

1. O estudo é importante para conhecer o impacto do Programa Bolsa Família nesses últimos anos;
2. Os resultados desse estudo poderão gerar melhorias, pois medidas podem ser adotadas para diminuição da desigualdade social em Itajubá.;
3. Terei que responder a um questionário, para saber o impacto do Programa Bolsa Família dentro do meu domicílio;
4. A minha participação não acarretará custos e não vou receber para isso;
5. Nenhuma informação pessoal será usada no estudo. Como participante da pesquisa, minha privacidade será respeitada, meu nome e qualquer outro dado que possa me identificar serão mantidos em sigilo.
6. Os autores deverão apresentar ou publicar os resultados desse estudo;
7. Tenho a liberdade de desistir ou de parar de colaborar nesse estudo, quando desejar, sem ter que explicar o motivo;

1- Foram dadas todas as informações necessárias e foram esclarecidas todas as dúvidas por mim apresentadas?

() SIM

() NÃO

2- Concordo em ter a ligação gravada, tendo todo sigilo e privacidade preservados?

() SIM

() NÃO

3- Concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa: **“Programa Bolsa Família (PBF): uma análise do impacto do programa nas famílias mais antigas beneficiadas”**?

() SIM

() NÃO

Itajubá, de de

Dúvidas ou reclamações contatar:

Benedito Celio Antunes Oliveira
Universidade Federal de Itajubá
Tel.: (35) 8406-9573
E-mail: bcelio25@unifei.edu.br

Prof. Dr. Antonio Carlos Zambroni de Souza
Universidade Federal de Itajubá
Tel.: (35) 98859-2776
E-mail: zambroni@unifei.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ – UNIFEI
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIAS E SOCIEDADE



Fone: 35 98406-9573 – E-mail: bcelio25@gmail.com

Data da entrevista: ____/____/ 2021

Entrevistada (o): () Mulher () Homem

Bairro _____

Entrevistador: _____

Trata-se de uma pesquisa que tem por objetivo analisar o impacto do Programa Bolsa Família (PBF) nos beneficiários mais antigos do programa em Itajubá-MG, identificando o perfil educacional e o histórico de emprego e renda dessas famílias.

Mestrando: Benedito Célio Antunes Oliveira, DTecS; UNIFEI
 Orientador: Prof. Dr. Antonio Carlos Zambroni de Souza; UNIFEI

BLOCO I – INFORMAÇÕES GERAIS

- 1) Qual a sua idade? _____
- 2) Total de pessoas que moram na sua casa (incluindo você): _____
- 3) Em questão a cor ou raça, você se considera: a. Preta/o () b. Branca/o () c. Parda/o () d. Indígena
 e. Amarela/o ()

BLOCO II – PERFIL EDUCACIONAL

- 1) Qual a sua escolaridade?
 - a. () Analfabeto b. () Ensino Fundamental incompleto c. () Ensino fundamental completo
 - d. () Ensino médio incompleto e. () Ensino médio completo f. () Ensino superior incompleto
 - g. () Ensino superior completo h. () Pós-graduação
- 2) Fez ou faz algum curso técnico? a. () Sim b. () Não
- 3) Durante seu período escolar, você teve que trabalhar? a. () Sim b. () Não

Se a resposta for **SIM**, por qual principal motivo?

a. () Ajudar nas despesas da casa b. () Ter minha independência c. () Outro. Qual?

4) **Sua mãe tem/teve o ensino médio completo?** a. () Sim b. () Não c. () Nunca estudou

5) **Seu pai tem/teve o ensino médio completo?** a. () Sim b. () Não c. () Nunca estudou

6) **Sobre o hábito de leituras:**

a. () Não gosto b. () Gosto, mas leio pouco c. () Gosto e leio bastante

7) **Você conhece o SISU?** a. () Sim. b. () Não

8) **Você conhece os cursos que a UNIFEI oferece?** a. () Sim b. () Não

Se a resposta anterior foi **SIM**, como ficou conhecendo?

a. () Rádio b. () Televisão c. () Amigos d. () Escola e. () Panfletos f. () Internet

g. () Outro: Qual: _____

9) **Você já esteve na UNIFEI?** a. () Sim b. () Não

10) **Você sabe o que é preciso fazer para estudar na UNIFEI?** a. () Sim. b. () Não.

11) **Você já participou de alguma palestra ou curso na UNIFEI?**

a. () Sim. Qual (is) _____ b. () Não.

Em qual (is) ano (s)? _____

12) **Tem interesse em ingressar no ensino superior?** a. () Sim. b. () Não c. () Não sei

Se **Sim**, qual instituição? _____

Caso tenha interesse, qual o curso? _____

Por quê? _____

13) **Marque DUAS oficinas que você participaria:**

a. () Teatro b. () Espanhol c. () Inglês d. () Dança e. () Artesanato

f. () Culinária g. () Violão h. () Informática e. () Outro: _____

14) **Você tem disponibilidade e tempo para fazer algum curso ou atividade extraescolar (curso, palestra, oficina)?**

a. () Sim b. () Não

Se a resposta for **Sim**, qual seria o melhor horário? a. () Manhã b. () Tarde c. () Noite

15) Qual foi a importância dos estudos para sua vida?

- a. () Muita importância b. () pouca importância c. () Nenhuma importância d. () Nunca estudou

BLOCO III– PERFIL EDUCACIONAL (AULAS REMOTAS- COVID-19)

- 1) Tem computador, notebook, smartphone ou tablet em casa? a. () Sim. b. () Não.
- 2) Tem internet em casa? a. () Sim. b. () Não.
- 3) Moram crianças na residência? (0 a 12 anos) a. () Sim. Quantas? _____ b. () Não
- 4) Moram adolescentes na residência? (13 a 17) a. () Sim. Quantas? _____ b. () Não

Se as respostas das alternativas 3 e 4 forem “Não”, passe para a pergunta 9.

- 5) As crianças e adolescentes conseguiram assistir as aulas de forma on-line em 2020?
- a. () Sim, todas b. () Algumas c. () Nenhuma
- 6) Todas as crianças/adolescentes fizeram as atividades escolares de modo remoto em 2020? a. () Sim. b. () Não.
- 7) Quem ajudou as crianças/adolescentes nas atividades remotas em 2020?
- _____
- 8) Tendo em vista os protocolos de segurança, você se sente segura (o) com um possível retorno presencial das aulas em 2021? a. () Sim. b. () Não
- 9) Seguindo a ordem de prioridades da vacina, você tem interesse em ser vacinada (o) ?
- a. () Sim. b. () Não. c. () Não sei
- 10) Por quê?
- _____

BLOCO IV– EMPREGO E RENDA

- 1) Quem é a/o principal responsável pelas despesas da casa? _____
- 2) Qual é a profissão da (o) principal responsável pelas despesas da casa?
- _____
- 3) Nos últimos dez anos, você esteve mais tempo:
- a. () empregada (o) com carteira assinada b. () trabalhando de forma autônoma
- c. () desempregada (o) d. () Fazendo bicos
- 4) Você trabalhou fora de casa em 2020? a. () Sim. b. () Não.

Se a resposta anterior for **SIM**, defina:

- a. Carteira assinada ()
- b. Fazendo bicos ()

c. De forma Autônoma ()

5) **Você trabalha atualmente?** a. () Sim. b. () Não.

Se a resposta anterior for **SIM**, defina:

a. Carteira assinada ()

b. Fazendo bicos ()

c. De forma Autônoma ()

6) **Quantas pessoas trabalham fora de casa?** _____

7) **A(s) pessoa (s) que trabalha (m) fora de casa utiliza (m) transporte público para ir ao trabalho?**

a. () Sim. b. () Não.

8) **Alguma pessoa na sua casa perdeu o emprego em 2020 por conta da pandemia?**

a. () Sim. b. () Não.

9) **Tem algum morador maior de 18 anos na sua casa que não estuda e nem trabalha?**

a. () Sim. b. () Não.

10) **Durante o período da pandemia em 2020, algum morador da sua casa solicitou algum empréstimo?**

a. () Sim. b. () Não.

11) **Qual foi a principal destinação do auxílio emergencial concedido em 2020 durante a pandemia?**

a. () Pagar dívidas b. () Comprar alimentos c. () Compra de objetos para a casa

d. () Outro. Qual? _____